



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

EDITAL DE LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO AQUISIÇÃO DE BENS (Art. 6º, X c/c art. 55, I, “a”)

PROCESSO Nº. 024/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 005/2026

1 – PREÂMBULO:

1.1 A Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG, inscrita no CNPJ nº 01.616.420/0001-60, através do Prefeito Municipal, torna público que seu Agente de Contratação e Equipe de Apoio estarão reunidos para receber as documentações e proposta para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVORIZONTE/MG**, conforme a seguir:

I. Regime Legal:

- ✓ Lei 14.133/2021
- ✓ Lei Complementar nº 123/2006;
- ✓ Decreto Municipal nº 275/2023;

II. Modalidade:

- ✓ Pregão (art. 6º, XLI)

III. Critério de Julgamento:

- ✓ Menor Preço POR ITEM (art. 6º, XLI e art. 82, V);
- ✓ Intervalo entre os lances: Intervalo mínimo de diferença de R\$ 0,01 (art. 57 da Lei nº 14.133/2021).

IV. Forma:

- ✓ Eletrônica (art. 17, § 2º c/c art. 176, II da Lei nº 14.133/2021)

V. Endereço:

- ✓ Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br

VI. Data/horário limite para apresentação da PROPOSTA:

- ✓ 17/04/2026 às 09h00min (horário de Brasília/DF)

VII. Data/horário da sessão pública:

- ✓ 17/04/2026 às 09h01min (horário de Brasília/DF)

VIII. Apresentação dos documentos de HABILITAÇÃO pelo licitante com a melhor proposta (art. 63, II da Lei nº 14.133/2021):

- ✓ Já inseridos pelo licitante vencedor, procederá a pregoeira com a análise dos arquivos/documentos de Habilitação.

IX. Condução do processo licitatório:

- ✓ Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 064/2026 (art. 8º, § 5º da Lei nº 14.133/2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

2 – OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1 O objeto da presente licitação visa o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVORIZONTE/MG, conforme especificações constantes no Anexo I, parte integrante do presente edital.**

2.2 As especificações detalhadas do objeto deste Edital constam do Anexo I – Termo de Referência, a qual faz parte integrante deste Edital, as quais não poderão ser alteradas, constando orientações e dados objetivos para os licitantes elaborarem suas propostas;

2.3 As especificações constantes da Proposta de Preço não poderão ser alteradas, podendo o licitante oferecer esclarecimento ao Agente de Contratação por meio de carta que anexará à proposta;

2.4 Nos preços deverão estar incluídos todos os custos com tributos incidentes ou que venham a incidir sobre todo o cumprimento, inclusive o frete, carga e descarga no local designado pelo município de Novorizonte e outros.

2.5 O certame destina-se exclusivamente para **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123/2006.

2.6 objeto está fundamentado: (art. 18, I da Lei nº 14.133/2021):

- I. Estudo Técnico Preliminar – ETP compõe a instrução do procedimento, em razão de tratar de itens comuns, porém de alto vulto para a administração. (previsão expressão no Decreto Municipal nº 277/2023) (ANEXO II)
- II. Termo de Referência – TR (ANEXO II).

2.7 SUBCONTRATAÇÃO: fica VEDADA a subcontratação do objeto pelo contratado, na execução do contrato.

3 – DA ABERTURA:

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública eletrônica, dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

| PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°. 005/2026 | |
|--|--|
| APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: | Até às 09h, do dia 17 de abril de 2026, que deverão ser encaminhadas, exclusivamente, por meio eletrônico. |
| ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES: | Às 09h01, do dia 17 de abril de 2026. |
| LOCAL: | www.portaldecompraspublicas.com.br |
| ESCLARECIMENTOS, CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: | Site: www.novorizonte.mg.gov.br Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br Email: licitacaonovorizonte@gmail.com |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

Telefone: (38) 3843-8110

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1 Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências e requisitos de qualificação contidos neste Edital e que estejam credenciadas junto ao Provedor do Sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1 Processo licitatório é destinado **EXCLUSIVAMENTE** à participação de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme inciso I do artigo 48 da Lei 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei 147 de 07 de agosto de 2014, para itens que o valor de cada não ultrapassa o limite estipulado pela legislação vigente para o benefício (até R\$ 80.000,00).

4.1.2 Aplicar-se-á a ampla concorrência, uma vez que não foram encontrados licitantes enquadrados nessa condição.

4.1.3 **Será aplicado o benefício de 10% do melhor preço válido como prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente até o limite de 100km de Raio do município de Novorizonte.**

4.2 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

4.3. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

4.4. Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº. 8.429/1992 e alterações posteriores.

4.5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação.

4.6. Não será permitida a participação em consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.6.1 Justifica-se a vedação de participação de empresas reunidas em consórcio devido à presente licitação não ter seu objeto considerado como de alto grau de complexidade e vulto, ou de dimensão e porte elevados. Dessa forma, o consórcio pode prejudicar a livre concorrência e transformar o mercado em “cartelização”.

4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº. 14.133, de 2021.

4.8. Poderá participar usufruindo do tratamento diferenciado estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, conforme arts. 42 a 49, desde que não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.10. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5 – DO CREDENCIAMENTO:

5.1 O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Portal de Compras Públicas, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica.

5.1 O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

5.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

6.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

7.1.2 **Marca e modelo consoante fabricante de cada item ofertado;**

7.1.3 **Fabricante de cada item ofertado;**

7.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data de sua apresentação.

7.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7 O e-mail apresentado na proposta será o meio oficial de comunicação das secretarias municipais com a empresa contratada, para envio de OFs (Ordem de fornecimento), notificações, advertências e outras comunicações.

8 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

8.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).

8.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance aberto.

8.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

8.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.25 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.27 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.27.1 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II – Empresas brasileiras;

III – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.27.2 As regras previstas na Cláusula 8.27 deste edital não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

8.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

9.1 O Pregoeiro verificará a proposta vencedora, desclassificando desde logo aquela que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da lei nº. 14.133/2021.

9.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº. 1455/2018 – TCU – Plenário), exceto nos casos em que, através de diligência realizada no momento da sessão, for comprovado que o valor apresentado pela licitante está dentro do valor de mercado; ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência (catálogo do fabricante e/ou Manual do Produto que contenham as especificações detalhadas do item; **não serão aceitos prints de sites de marketplace** para demonstração de descrições), além de outras informações pertinentes, que serão solicitados por meio de mensagem no sistema e deverão ser encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

9.6.3.1 Por meio de mensagem no sistema, poderá ser solicitada a apresentação de amostra.

9.6.3.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.6.3.3 No caso de não apresentação do documento solicitado ou atraso na entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo apresentação do documento e/ou da amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

9.6.4 Se o(s) documento(s) e/ou a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) documento(s) e/ou a(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência, na ordem de classificação.

9.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9 Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 – DA HABILITAÇÃO:

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou à futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.3 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:2:13336535559659::NO:2::>)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

10.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.4.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

10.2.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.7.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.7.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

10.7.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.7.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.7.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764, de 1971;

10.7.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.7.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.8.1 CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.8.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.8.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.8.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.5 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.8.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.8.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.9 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.9.1 Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante, com data não anterior a 60 (sessenta) dias da realização da licitação. Vale ressaltar que o prazo de 90 dias contido no corpo do presente documento, indica apenas a período no qual a certidão estará disponível para verificação da autenticidade, e não aponta, portanto, o seu real prazo de validade.

10.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.10.1 Licença de localização e funcionamento atualizado, expedido pela prefeitura municipal na sede da licitante, ou licença anterior com comprovante de regularização;

10.11 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

10.11.1 Declaração de Pleno Atendimento, conforme modelo do ANEXO III.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

10.11.2 Documentos complementares exigidos no termo de referência (Registro de produtos em órgãos competentes, catálogos e similares).

10.12 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:

10.12.1 Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.12.2 Se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.13 A Microempresa – ME, a Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição. Contudo a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será exigida nos termos do disposto na legislação em vigor.

10.13.1 As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente, salvo o disposto na Lei Complementar nº. 123/2006. As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

10.14 Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

10.15 O licitante obriga-se aos termos do modelo de Declaração de Pleno Atendimento.

10.16 A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto na cláusula 10 inabilitará o licitante.

10.17 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.18 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.20 Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

- a) por qualquer processo de cópia, autenticada por Cartório competente;
- b) publicação em órgão da Imprensa Oficial;
- c) que contenha identificação para autenticação eletrônica.

10.21 Não serão aceitos pelo pregoeiro “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

11.1 A proposta final (readequada/reajustada) do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico;

11.2 A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

11.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.5 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.5.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.8 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12 – DOS RECURSOS:

12.1 Encerrada a fase de lances, será aberta a primeira fase recursal, referente à etapa de lances;

12.1.1 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.2 Divulgada a vencedora devidamente habilitada, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema;

12.2.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.2.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30(trinta) minutos.

12.2.3 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.3 As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer, em qualquer uma das etapas, após o deferimento de sua intenção, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4 A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

12.5 Os recursos e/ou pedidos de reconsideração, serão dirigidos ao Pregoeiro, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata que, nesse mesmo prazo, poderá encaminhar o recurso e/ou pedido de reconsideração para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos moldes do art.165 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

12.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

12.8 No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

12.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG.

13 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar a Ata de Registro de Preços – documento vinculativo e



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, conforme estabelece o art. 90 da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

15.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.2 Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes no cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

15.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.5 A vigência da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses a contar da publicação de seu extrato na imprensa oficial do município.

16 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

16.1 Após a homologação da licitação, será gerado o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

16.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.3 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I – Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II – Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

16.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I – Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II – Adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17 – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

17.1 As Atas de Registro de Preços, decorrentes do julgamento deste certame poderão ser prorrogadas respeitando a vigência máxima prevista no Artigo 84 da Lei Federal de nº. 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº. 10.780/2024, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

17.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

I – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III – Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, podendo a contratada solicitar reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, após o período de 12 meses de publicação da Ata de Registro de Preços, utilizando-se como parâmetro o Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

17.3 No caso de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro, a Contratada deverá solicitar formalmente à Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido – ofício/declaração com a composição dos custos de aquisição do produto e notas fiscais anteriores à contratação (com prazo máximo de 02 meses de antecedência à data da realização do certame) e notas fiscais da época da solicitação – que comprovem o real desequilíbrio econômico-financeiro do valor do produto, sendo que o pedido será ratificado pela Secretaria responsável, através de pesquisa de mercado a fim de comprovar os valores atuais dos produtos, caso seja necessário; e encaminhado à Procuradoria Jurídica do município para o devido parecer.

17.3.1 O pedido deve vir acompanhando, ainda, das Certidões Negativas de Débitos e da Declaração de Pleno Atendimento, conforme apresentado para participação no certame.

17.3.2 O pedido será analisado e respondido em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da documentação completa via e-mail ou correio.

17.3.3 Caso seja indeferido por falta de documentação comprobatória, a Contratada poderá fazer as correções e encaminhar novamente para análise, que será feita em até 15 (quinze) dias úteis.

17.3.4 Durante o período de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a Contratada deverá continuar a efetuar as entregas das NAFs que forem emitidas, sob pena de sofrer as sanções previstas no Edital e na Lei nº. 14.133/2021. A partir da formalização do Termo Aditivo, caso o pedido seja deferido, é que as AFs serão emitidas com o valor reequilibrado.

18 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

18.1. Considerando o disposto no art. 17 do Decreto Federal nº. 11.462/2023 onde é desnecessário indicar a dotação orçamentária no instrumento convocatório, as despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação, correrão por conta das dotações orçamentárias das secretarias respectivas, a serem informadas no momento da emissão da(s) ordem(ns) de fornecimento.

19 – DO FORNECIMENTO:

19.1. As regras e condições de execução e dos requisitos necessários da presente licitação constam no ANEXO I – Termo de Referência – e Minuta de Ata e Contrato anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

20 – DO PAGAMENTO:

20.1. As regras e condições de pagamento constam do ANEXO I – Termo de Referência – e Minuta de Ata e Contrato anexos.

21 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

21.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº. 14.133/2021, as obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE estão descritas no ANEXO I – Termo de Referência – e Minuta de Ata e Contrato anexos.

22 – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

22.1 As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº. 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3 É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4 Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

22.5 O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

22.6 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

22.7 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

22.8 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

22.9 Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

22.10 Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

22.11 O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

23 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

23.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III – Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- IV – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.1.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

23.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 23.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

23.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

23.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I – Por razão de interesse público;
- II – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

24.1 O Licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I – Dar causa à inexecução parcial do Contrato/Ata;
- II – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I – Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- III – Multa de até 5% (cinco por cento) do valor contratado, caso haja atraso na entrega do produto sem justificativas plausíveis conforme o prazo estipulado no contrato;
- IV – Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até dois anos;
- V – Impedimento de licitar e de contratar com o órgão licitante pelo prazo de até cinco anos.
- VI – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

24.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

24.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.7 O Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

24.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.11 O prazo do impedimento de licitar e de contratar será de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

24.12 As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal, devendo o licitante ser descredenciado junto ao Cadastro de Fornecedores do órgão ou entidade promotora da licitação, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

24.13 As comunicações de advertências e notificações, serão enviadas para o e-mail cadastrado na proposta, e serão publicadas na aba “Notificações” no site oficial da Prefeitura Municipal de Novorizonte.

24.14 Antes da aplicação da penalidade, será facultada a defesa escrita do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, nos termos dos artigos 157 e 158 da Lei 14.133/2021.

24.15 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

24.16 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.

25 – DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

25.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº. 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br ou do e-mail licitacaonovorizonte@gmail.com, obrigatoriamente;

25.1.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no site oficial www.novorizonte.mg.gov.br e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

25.2 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

25.3 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

25.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas, atendidos os interesses públicos e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

26.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão, e desde que não fique comprometido o interesse do município, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

26.3 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Municipal Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

26.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, observadas as disposições do art. 183 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

26.5 A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

26.6 Nenhuma indenização será devida à licitante, em caso de revogação deste Edital.

26.7 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não prejudicar a formulação das propostas.

26.8 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente exclusivamente o Foro da Comarca de Taiobeiras/MG.

26.9 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e no site oficial do município www.novorizonte.mg.gov.br.

26.12 Fazem parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar - ETP;

Anexo II – Termo de Referência - TR;

Anexo III – Minuta de Proposta Comercial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

Anexo IV – Declaração de Pleno Atendimento;
Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços;
Anexo VI – Minuta do Contrato.

Novorizonte/MG, 31 de março de 2026.

Dilcimar Martins Miranda
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DA UNIDADE REQUISITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Educação.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo analisar a viabilidade técnica, econômica e operacional para a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar visando atender às necessidades nutricionais dos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino durante o ano letivo.

A contratação contempla o fornecimento de alimentos variados, seguros e de qualidade, incluindo gêneros perecíveis e não perecíveis, destinados à elaboração das refeições ofertadas nas unidades escolares, em conformidade com os cardápios elaborados pelo nutricionista responsável técnico.

Os alimentos deverão atender às especificações de qualidade, armazenamento, transporte e validade, garantindo condições adequadas de consumo e contribuindo para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

A aquisição observará as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947 de 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar, bem como demais normas aplicáveis à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

3.1. A presente contratação tem como finalidade garantir o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, visando assegurar a oferta regular de refeições durante o período letivo.

A alimentação escolar constitui um direito dos estudantes e um dever do poder público. O direito à merenda escolar é garantido pela Constituição e pela Lei nº 11.947/2009 (PNAE) a todos os alunos da rede pública de educação básica, incluindo creches, sem distinção de renda, sendo fundamental para a promoção do crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e formação de hábitos alimentares saudáveis. Dessa forma, torna-se necessária a aquisição de alimentos variados e de qualidade para atender às necessidades nutricionais dos alunos.

A contratação justifica-se pela necessidade de manutenção contínua do serviço de alimentação escolar nas unidades de ensino do município, garantindo o preparo e a distribuição de refeições adequadas durante o calendário escolar. A ausência dessa contratação comprometeria o atendimento aos estudantes e o adequado funcionamento das atividades escolares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. A presente demanda se apresenta alinhada ao Plano Anual de Contratações, estando também fundamentado nas ações previstas no Plano Plurianual e Orçamento Vigente.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Qualidade dos produtos

Os alimentos fornecidos deverão apresentar boa qualidade, dentro do prazo de validade, em conformidade com as normas sanitárias vigentes e com as especificações estabelecidas no termo de referência.

2. Condições sanitárias

Os fornecedores deverão atender às exigências da vigilância sanitária, garantindo que os produtos sejam manipulados, armazenados e transportados em condições adequadas de higiene e conservação.

3. Entrega dos produtos

A entrega deverá ocorrer conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação, diretamente nas unidades escolares ou no local indicado pela administração, garantindo regularidade no abastecimento.

4. Embalagem e identificação

Os produtos deverão estar devidamente embalados e identificados, contendo informações como data de fabricação, prazo de validade, lote e identificação do fabricante.

5. Transporte adequado

O transporte dos alimentos deverá ocorrer em veículos apropriados para alimentos, garantindo a integridade e conservação dos produtos até o local de entrega.

6. Regularidade fiscal e jurídica

As empresas fornecedoras deverão apresentar toda a documentação exigida pela legislação vigente para contratação com a administração pública.

7. Atendimento às normas legais



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

A contratação deverá observar os princípios e disposições da Lei nº 14.133, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

6.1. Entende-se necessária a contratação, conforme especificação e quantitativo abaixo:

| Item | Quant | Unidade | Descrição |
|------|-------|------------|--|
| 1 | 600 | unidade | abacaxi in natura. fresco, de boa qualidade. ; ; |
| 2 | 400 | quilograma | abóbora tipo japonesa (moranga): in natura 1º qualidade, tamanho e coloração uniformes, isentam de enfermidades, material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. ; ; |
| 3 | 150 | unidade | achocolatado em pó, com activ g, enriquecido com cálcio, ferro, magnésio, vitaminas, embalagem de 800g. validade mínima de 6 meses da data de entrega. ; ; |
| 4 | 400 | pacote | açúcar: cristal, branco, 1º qualidade, isento de impurezas e sujidades, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, com data de fabricação, validade e registro no ministério da saúde, pacotes de 5 kg. o produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data da entrega na unidade requisitante. acondicionados em fardos lacrados. ; ; |
| 5 | 50 | unidade | adoçante em pó culinário stevia 100%, embalagem com 70 gramas.usado para crianças com diabetes. ; ; |
| 6 | 200 | quilograma | alho: bulbo inteiro, nacional, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isenta de enfermidades material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. entrega conforme necessidade acondicionada em saco plástico específico para alimentos por kg. ; ; |
| 7 | 10 | quilograma | ameixa seca sem caroço-usado para adoçar as receitas nas creches ; ; |
| 8 | 280 | pacote | amendoim: amendoim cru, tipo 1, acondicionado em embalagem plástica, pacote com 500 grs, 1º qualidade. o produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. |
| 9 | 150 | pacote | amido de milho - pacotes de 500g. na embalagem deverá constar a data da fabricação e da validade do produto e número do lote. ; ; |
| 10 | 100 | unidade | aptamil premium 1 é uma formula infantil de partida, indicada para alimentação de bebês lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, adicionada de prebióticos. o produto contém proteínas lácteas, ácidos graxos poli-insaturados de cadeia longa (dha e ara), prebióticos, nucleotídeos e taurina. lata 400 gramas. ; ; |
| 11 | 900 | quilograma | arroz branco: grupo: beneficiado, subgrupo: polido, classe: longo fino tipo i. o produto não deve apresentar grãos disformes, percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos), cheiro forte, intenso e não característico preparação dietética final inadequada - empapamento. embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | |
|----|------------|------------|---|
| | | | polietileno transparente. prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. ; ; |
| 12 | 30 | pacote | arroz integral embalagem com 2 kg.usado para crianças com diabetes ; ; |
| 13 | 1.200 | pacote | arroz - parboilizado tipo 1 longo, isento de sujidades e materiais estranhos, pacotes de 5 kg. data de fabricação, validade e registro no ministério da saúde na embalagem. o produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. ; ; |
| 14 | 600 | caixa | aveia em flocos 165g ; ; |
| 15 | 100 | caixa | aveia em flocos sem glúten 200g usado para criança com alergia ao glúten. ; ; |
| 16 | 1.200 | quilograma | banana - tipo prata in natura em pencas, de primeira qualidade, sabor doce, aspecto e cheiros próprios, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transportes, ausência de sujidades, parasitos, armazões e sinais de apodrecimento.1º qualidade, tamanho e coloração uniformes, isenta de enfermidades material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. |
| 17 | 500 | quilograma | batata doce in natura . ; ; |
| 18 | 35.000,000 | quilograma | batata - inglesa in natura, 1º qualidade, tamante com tamanho e coloração uniformes, isenta de enfermidades material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. entrega acondicionada em saco plástico específico para alimentos por kg. ; ; |
| 19 | 1.000 | quilograma | beterraba: in natura, 1º qualidade, tamanho e coloração uniformes, isenta de enfermidades material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. ; ; |
| 20 | 200 | caixa | biscoito: de doce tipo maizena caixa de 1,5 kg, com pacotes internos individuais. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. ; ; |
| 21 | 200 | caixa | biscoito: de doce tipo rosquinha, sabor coco, caixa de 1,5 kg, com pacotes internos individuais. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto. ; ; |
| 22 | 200 | caixa | biscoito: de sal tipo cream craker caixa de 1,5 kg, com pacotes internos individuais. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. ; ; |
| 23 | 100 | unidade | cacau em pó 100% embalagemcom 200 gr. ; ; |
| 24 | 1.200 | pacote | café: forte, torrado e moído, moagem fina, torração escura, café predominante arábica, pacote de 250 gramas. todas estas especificações devem estar contidas na embalagem que deverá conter também: o selo de pureza abic, programa de qualidade do café - pqc e o de responsabilidade empresarial. na embalagem ainda deverá constar a data da fabricação, data de validade e numero do lote.o produto deverá apresentar validade mínima de 90 dias a partir da data da entrega na unidade requisitante. ; ; |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | |
|----|-------|------------|---|
| 25 | 20 | unidade | camomila pct com 4g ; ; |
| 26 | 20 | unidade | canela em casca pacote com 80g ; ; |
| 27 | 2.000 | quilograma | carne: bovina (músculo) in natura 1º qualidade, cortada em pedaços, sem pelanca, sem gordura, refrigerada, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalada em embalagem própria, sem sujidades e ação de micróbios. entrega acondicionada em embalagem plástica especifica para alimentos refrigerada. ; ; |
| 28 | 2.000 | quilograma | carne: bovina (músculo) in natura 1º qualidade, tipo moída, sem pelanca, sem gordura, refrigerada, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalada em embalagem própria, sem sujidades e ação de micróbios. entrega acondicionada em embalagem plástica especifica para alimentos refrigerada. ; ; |
| 29 | 320 | quilograma | cebola - in natura de primeira, sem rama, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, sem perfurações e cortes sem manchas com tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades parasitas e larvas, material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. entrega acondicionada em saco plástico especifico para alimentos por kg . ; ; |
| 30 | 1.000 | quilograma | cenoura: in natura especial 1ºqualidade, sem rama, fresca compacta, firme sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniformes, isenta de enfermidades material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. ; ; |
| 31 | 1.000 | quilograma | chuchu in natura, de 1ºqualidade, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, de qualidade firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. entrega semanal acondicionada em saco plástico especifico para alimentos por kg ; ; |
| 32 | 300 | pacote | colorífico- em pó fino homogêneo, obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, de coloração amarela, com aspecto com cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos e a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, hermeticamente vedado e resistente pacotes de 500 gramas. mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. ; ; |
| 33 | 600 | quilograma | coxa e sobrecoxa de frango, 1ª qualidade ; ; |
| 34 | 300 | pacote | creme de milho - pacotes de 500 gramas, canjica fina 100% de milho, não contém glúten. na embalagem deverá constar a data da fabricação e da validade do produto, e número do lote. validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. ; ; |
| 35 | 20 | unidade | erva doce pacote com 80gr ; ; |
| 36 | 100 | KG | farinha de arroz características: farinha de arroz, o produto deve estar de acordo com a nta 02 e 34 (decreto 12.846/78) e portaria nº29 de 13 de janeiro de 1998, anvisa. ingredientes: farinha de arroz, sem glúten. características: cor, odor, sabor e textura característica. embalagem primária: saco plástico, hermeticamente selado, atóxico, resistente, rotulado de acordo com a |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | |
|----|-------|------------|---|
| | | | legislação vigente, pesando até 01 kg. na data da entrega o produto deve dispor de no mínimo 10 meses de validade. usado para criança com alergia ao trigo. ; ; |
| 37 | 10 | quilograma | farinha de trigo -integral, própria para confecção de bolos e afins, 1ª linha. embalagem de 1kg com dados de identificação do produto, data de fabricação e de validade e numero do lote. validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. ; ; |
| 38 | 400 | KG | farinha de trigo para quibe descrição do produto: trigo para quibe; obtida do trigo moído, limpo; isento de sujidades, parasitas e larvas; livre de fermentação, mofo e materiais terrosos; embalagem: de 500g acondicionado em saco plástico transparente, atóxico. validade: mínima de 3 meses a contar da data da entrega do produto. ; ; |
| 39 | 600 | quilograma | farinha de trigo - tipo com fermento especial, própria para confecção de bolos e afins, 1ª linha. embalagem de 1kg com dados de identificação do produto, data de fabricação e de validade e numero do lote. validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. ; ; |
| 40 | 500 | quilograma | farinha de trigo - tipo sem fermento especial, própria para confecção de bolos e afins, 1ª linha. embalagem de 1kg com dados de identificação do produto, data de fabricação e de validade e numero do lote. validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. ; ; |
| 41 | 220 | quilograma | farinha : matéria-prima mandioca embalagem com dados de indentificação do produto,data de fabricação e de validade e número do lote.embalagem de 1 (um) kg. ; ; |
| 42 | 2.000 | quilograma | feijão-carioca tipo 1,novo,constituído de grãos inteiros sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, embalagem de 1 kg em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo a condicionados em fardos lacrados. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. o produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. ; ; |
| 43 | 200 | unidade | fermento biologico - seco instantaneo "para pao", sache de 30 grs. na embalagem deverá conter data de fabricação, validade e lote. ; ; |
| 44 | 200 | unidade | fermento em po quimico - "para bolo" lata de 100 grs. na embalagem deverá conter data de fabricação, validade e lote. ; ; |
| 45 | 200 | unidade | flocos de milho pré-cozido; composição mínima: farinah de milho flocada. embalagem contendo 500g devidamente identificada com o nome do produto, data de fabricação, composição mínima, prazo de validade e peso líquido. sem sal. ; ; |
| 46 | 30 | unidade | formula alimentar anti refluxo. fórmula anti- regurgitação para lactentes com composição específica para condições de refluxo gastroesofágico. leite em pó desnatado, lactose, óleos vegetais, maltodextrina, carbonato de cálcio, vitamina c, taurina, cloreto de colina, sulfatos ferroso e de zinco, vitamina e, nicotinamida, vitamina a, sulfato de cobre, d-pantotenato de cálcio, ácido fólico, sulfato de manganês, vitaminas a, b12; b- caroteno, d-biotina, vitaminas d, b1, b6; iodeto de potássio, vitamina k, espessante goma jataí. não contém |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | |
|----|------------|------------|--|
| | | | glúten. embalagem 400g. ; ; |
| 47 | 50 | unidade | formula alimentar para lactentes e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e/ ou soja, distúrbios absorptivos ou outras condições clínicas que requerem uma terapia nutricional com dieta ou fórmula semi-elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite. alimento hipoalergico à base de proteína extensamente hidrolisada com adição de lcpufas (dha e ara) e nucleotídeos. isento de sacarose. idento de sacarose, galactose, sacarose, frutose e glúten. ; ; |
| 48 | 100 | unidade | formula alimentar premium 1 é uma formula infantil de partida, indicada para alimentação de bebês lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, adicionada de prebióticos. o produto contém proteínas lácteas, ácidos graxos poli-insaturados de cadeia longa (dha e ara), prebióticos, nucleotídeos e taurina. lata 400 gramas. ; ; |
| 49 | 200 | unidade | formula alimentar premium +2 formulas infantil para lactentes a partir do 6 mês de vida com prebioticos gos/fos, dha e ara e nucleotídeos. lata 400 gramas. ; ; |
| 50 | 30 | unidade | formula alimentar premium 3 é uma formula infantil de segmento para crianças a partir dos 10 meses, com adição de prebioticos (gos/fos), dha e ara, e taurina. ; ; |
| 51 | 2.000 | quilograma | laranja - in natura, 1º qualidade, tamanho e coloração uniformes, isenta de enfermidades, material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. ; ; |
| 52 | 1.000 | litro | leite de arroz, características: bebida de arroz, isento de glúten, embalagem: intacta longa vida, contendo 01 litro. fabricação: máximo de 60 dias. validade: mínimo de 10 meses. usado para crianças com alergia a leite de vaca e a soja. ; ; |
| 53 | 500 | unidade | leite de coco, embalagem de 900ml. ingredientes: água, agua de coco, leite de coco, emulsificante celulose microcristalina, estabilizantes gomas xantana e carboximetilcelulose (cmc), acidulante ácido cítrico , conservantes sorbato de potássio e benzoato de sódio, aromatizantes identicos ao natural. ; ; |
| 54 | 1.000 | litro | leite de soja - bebida a base de soja, 41 litro. usado para crianças com alergia a leite de vaca. ; ; |
| 55 | 20.500,000 | unidade | leite de vaca integral, embalagem com 01 litro, uht, longa vida tetra pak ; ; |
| 56 | 200 | unidade | leite em pó integral.característica técnicas:leite em pó integral instantâneo. o produto deve conter no mínimo 3,5% de gordura, enriquecido com vitamina a, c, d e ferro cor branca interior e sabor característico. embalagem: acondicionada em embalagem resistente contendo até 500 gramas. deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras, instantâneo as bordas do fecho de vedação da embalagem devem estar perfeitas (sem orifícios ou defeitos) que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. o produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem. prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. ; ; |
| 57 | 300 | quilograma | linguiça de frango embalagem de 1 kg ; ; |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | |
|----|-------|------------|---|
| 58 | 2.200 | quilograma | maçã- nacional vermelha in natura fresca, de 1º qualidade, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, de qualidade firme e intacta, isenta de enfermidades material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. ; ; |
| 59 | 100 | pacote | macarrão de arroz, características: macarrão de arroz, sem ovos, tipo parafuso: o produto deve estar de acordo com a nta 02 e 83 (decreto 12.846/78) e portaria nº 29 de 13 de janeiro de 1998, anvisa. ingredientes: farinha de arroz, sem ovos, sem colesterol e sem glúten. características: cor, odor, sabor e textura característica. embalagem primária: saco plástico, hermeticamente selado, ou caixa tipo box, atóxica, resistente, rotulado de acordo com a legislação vigente, pesando 500g. fabricação: máximo de 60 dias. validade: mínimo de 10 meses. usado para criança com alergia ao trigo. ; ; |
| 60 | 100 | pacote | macarrão de arroz características: sem glúten e sem ovos, corte espaguete, sem glúten, sem lactose e sem ovos, isento de corantes artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima de 13%, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico. a embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenamento e qualidade do produto. validade mínima de 01(um) ano a contar da data de entrega ao requisitante. embalagem contendo 500 g. ; ; |
| 61 | 50 | quilograma | macarrão integral formato espaguete: farinha de trigo integral e glúten de trigo. usado para criança com diabetes. ; ; |
| 62 | 800 | quilograma | macarrão massa comum - tipo espaguete nº 0 pacotes de 1 kg. ; ; |
| 63 | 800 | quilograma | macarrão tipo pai nosso 1kg ; ; |
| 64 | 1.200 | quilograma | mamão in natura de 1º qualidade, fresca, com casca, compacta e firme, com cor uniforme, isenta de enfermidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte ; ; |
| 65 | 2.000 | quilograma | mandioca - in natura de 1º qualidade, fresca, com casca, compacta e firme, com cor uniforme, isenta de enfermidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. entrega acondicionada em saco plástico específico para alimentos por kg. ; ; |
| 66 | 280 | unidade | manteiga de primeira qualidade; embalagem de 500 gramas que devesa constar a data da fabricação, da validade e o numero do lote. ; ; |
| 67 | 1.000 | pacote | milho para canjica branca, embalagem de 500 gr ; ; |
| 68 | 200 | pacote | milho para pipoca, embalagem de 500 gr ; ; |
| 69 | 1.500 | unidade | óleo de soja - refinado embalagem de 900 ml. limpas, não amassadas, sem estufamentos, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, contendo 900 ml. embalagem com dados de identificação, data de fabricação e de validade e numero do lote.o produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante ; ; |
| 70 | 65 | unidade | orégano, embalagem com aproximadamente 10 gr. ; ; |
| 71 | 1.800 | dúzia | ovos de granja fresco - brancos, grandes 1º qualidade, limpos em embalagem própria sem rachaduras ou danos físicos e ou mecânicos oriundos de manuseio |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | |
|----|-------|------------|--|
| | | | e transporte. ; ; |
| 72 | 300 | quilograma | pão francês, unidade de 50 gramas. entrega conforme solicitação. ; ; |
| 73 | 2.200 | quilograma | peito de frango de granja 1ª qualidade ; ; |
| 74 | 2.500 | unidade | polpa de fruta congelada. sabores: goiaba, maracujá, manga e acerola. unidade que rende 1 litro. ; ; |
| 75 | 600 | quilograma | polvilho doce, embalagem de 1kg ; ; |
| 76 | 100 | quilograma | sal - refinado, iodado, isento de impurezas e umidade. acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado e limpo, contendo 1 quilo de peso líquido. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e proced~encia, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. ; ; |
| 77 | 100 | unidade | sardinha em conserva descrição completa: sardinha em conserva eviscerada e descamada enlatadas, rotuladas e estereizadas - composição: sardinha, óleo de soja. o produto deve estar livre de nadadeiras, cauda e cabeça, pré-cozida. embalagem primária: lata metálica de 500g a 1(um) kilo, inviolável, com verniz sanitário, recravada, isenta de estufamento, vazamento, corrosão interna, amassamento, ferrugem, perfurações e outras danificações, embalagem secundária: caixas de papelão contendo de 08 (oito) a 24 (vinte e quatro) quilos. na embalagemn do produto deverá conter os dados do fornecedor, tabela nutricional, lote, peso liquido, data de fabricação, data de validade (48 meses após a data de fabricação). o produto recebido deverá ter no mínimo 12 meses para o vencimento.. ; ; |
| 78 | 500 | quilograma | tempero completo contendo data de validade- pct de 01 kilo ; ; |
| 79 | 300 | quilograma | tomate in natura - 1ºqualidade aspecto globoso, cor vermelha, classificada como legume, graúda, de polpa firme e intacta, isento de enfermidades boa qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, sujidade, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte. entrega acondicionada em saco plástico específico para alimentos por kg ; ; |
| 80 | 100 | quilograma | uva passa preta sem semente 1 kg ; ; |

6.2. A metodologia utilizada para chegar as quantidades que serão consumidas durante o ano é baseada no consumo do ano anterior comparado com o número de matriculados no ano de 2025.

6.3. A demanda é feita prevendo a utilização para um ano, mas com uma margem para que haja a possibilidade de utilizar os produtos da chamada pública até que o novo processo licitatório esteja homologado.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar da rede municipal de ensino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

A pesquisa demonstrou que o mercado dispõe de diversos fornecedores aptos a atender à demanda da Administração Pública, incluindo empresas especializadas no fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis.

Para a definição da solução mais adequada, foram analisadas as seguintes alternativas:

1. Aquisição de gêneros alimentícios por meio de processo licitatório

Consiste na contratação de fornecedores especializados no fornecimento de alimentos, por meio de procedimento licitatório, possibilitando a compra conforme a demanda das unidades escolares e garantindo competitividade, economicidade e transparência no processo.

2. Utilização de registro de preços

A adoção do sistema de registro de preços permite maior flexibilidade nas aquisições, possibilitando contratações conforme a necessidade durante o período de vigência da ata, evitando desperdícios e otimizando o planejamento da alimentação escolar.

Também foram realizadas pesquisas de preços com fornecedores locais e consultas a contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, a fim de obter valores de referência compatíveis com o mercado e subsidiar a estimativa do valor da contratação.

Diante da análise realizada, verificou-se que a solução mais adequada consiste na aquisição de gêneros alimentícios por meio de processo licitatório, com participação de fornecedores locais, garantindo o atendimento das necessidades nutricionais dos estudantes e a continuidade do fornecimento da alimentação escolar.

7.1. ANÁLISE DA SOLUÇÃO

7.1.1 A partir do levantamento de mercado realizado, foram analisadas as possíveis soluções para atender à necessidade de fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede municipal de ensino.

7.1.2 Entre as alternativas identificadas, destacam-se: a contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições prontas, a aquisição de gêneros alimentícios para preparo da merenda nas próprias unidades escolares e a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar.

7.1.2.1 A contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas foi considerada menos adequada, pois reduziria a autonomia da administração na elaboração do cardápio, além de apresentar custos mais elevados e menor estímulo à economia local.

7.1.2.2 A aquisição de gêneros alimentícios para preparo da merenda nas unidades escolares mostrou-se a solução mais viável, uma vez que possibilita maior controle sobre a qualidade dos alimentos, adequação nutricional dos cardápios, atendimento às necessidades alimentares dos estudantes e melhor gestão dos recursos públicos.

7.1.3 Dessa forma, conclui-se que a solução mais adequada consiste na aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, por meio de processo licitatório, destinados ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

preparo da alimentação escolar nas unidades da rede municipal de ensino, garantindo qualidade nutricional, regularidade no fornecimento e atendimento às necessidades dos estudantes.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis destinados à preparação da alimentação escolar, visando atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino durante o período letivo.

Os alimentos adquiridos serão utilizados no preparo das refeições nas próprias unidades escolares, seguindo cardápios elaborados por profissional nutricionista responsável, de forma a garantir o atendimento das necessidades nutricionais dos estudantes, respeitando hábitos alimentares regionais e promovendo alimentação saudável e adequada.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório para aquisição de gêneros alimentícios, bem como chamada pública para aquisição de produtos da agricultura familiar, conforme previsto na legislação vigente, garantindo a participação de produtores locais e incentivando o desenvolvimento da economia regional.

Os produtos a serem adquiridos contemplarão itens básicos utilizados na alimentação escolar, tais como: arroz, feijão, macarrão, carnes, leite, frutas, verduras, legumes, entre outros gêneros alimentícios necessários à elaboração do cardápio escolar.

O fornecimento dos produtos ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da administração e cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo a continuidade da oferta da alimentação escolar durante todo o ano letivo.

A solução contempla ainda a observância das normas sanitárias, de qualidade e de segurança alimentar, garantindo que os alimentos fornecidos atendam aos padrões exigidos pelos órgãos de controle e legislação aplicável.

Dessa forma, a solução proposta assegura o fornecimento regular de alimentação escolar, contribuindo para o desenvolvimento, aprendizagem e permanência dos alunos na escola.

9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento da contratação mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública, considerando que os gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar possuem naturezas distintas, incluindo produtos perecíveis e não perecíveis.

A aquisição parcelada possibilita maior competitividade entre os fornecedores, permitindo a participação de empresas de diferentes portes, bem como de produtores da agricultura familiar, ampliando a concorrência e contribuindo para a obtenção de preços mais vantajosos para a administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

Além disso, o fornecimento parcelado permite melhor gestão dos estoques, reduzindo riscos de perdas, desperdícios e deterioração de alimentos, especialmente no caso de produtos perecíveis, como frutas, verduras, legumes e carnes.

Dessa forma, o parcelamento da contratação mostra-se adequado para garantir maior eficiência na execução do fornecimento da alimentação escolar.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado das despesas solicitadas pelo futuro contratante é de R\$ 983.754,33 (novecentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos.)

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo garantir o fornecimento contínuo e adequado de alimentação escolar aos alunos matriculados na rede municipal de ensino, durante todo o período letivo.

Com a execução da contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Assegurar a oferta regular de alimentação escolar de qualidade aos estudantes da rede pública municipal;
- Atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo para seu crescimento, desenvolvimento e rendimento escolar;
- Promover hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta de refeições balanceadas e adequadas;
- Garantir a regularidade no abastecimento de gêneros alimentícios às unidades escolares;
- Proporcionar melhor gestão dos recursos públicos destinados à alimentação escolar;
- Incentivar o desenvolvimento da economia local por meio da participação de produtores e fornecedores da região;
- Contribuir para a permanência e o melhor desempenho dos estudantes no ambiente escolar.

Dessa forma, a contratação visa assegurar condições adequadas para a execução do programa de alimentação escolar, promovendo qualidade de vida e melhores condições de aprendizagem aos alunos da rede municipal de ensino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

12.1 - Para a adequada execução da contratação dos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, a Administração deverá adotar previamente algumas providências necessárias à formalização e execução do contrato.

Inicialmente, será realizada a elaboração do termo de referência, contendo a descrição detalhada dos itens a serem adquiridos, especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de entrega, prazos e demais exigências necessárias à contratação.

Também será realizada pesquisa de preços de mercado, a fim de subsidiar a estimativa do valor da contratação, garantindo que os valores estejam compatíveis com os praticados no mercado.

A Administração deverá ainda promover a abertura do processo licitatório, observando as normas legais aplicáveis, bem como a realização de chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, quando aplicável.

Outra providência importante consiste na elaboração dos cardápios da alimentação escolar por profissional nutricionista responsável, considerando as necessidades nutricionais dos estudantes e as diretrizes da alimentação escolar.

Além disso, deverão ser definidos os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual, garantindo que os produtos fornecidos atendam aos padrões de qualidade e às especificações estabelecidas no contrato.

Dessa forma, tais providências são necessárias para assegurar a correta formalização da contratação e a adequada execução do fornecimento da alimentação escolar.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a adequada execução da contratação de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, podem existir contratações correlatas ou interdependentes necessárias ao pleno funcionamento do serviço.

Também podem ser consideradas contratações relacionadas ao transporte de gêneros alimentícios, quando necessário, bem como serviços de manutenção de equipamentos utilizados nas cozinhas das unidades escolares.

Essas contratações, embora distintas, contribuem para a adequada execução da alimentação escolar, sendo complementares à aquisição dos gêneros alimentícios.

Contudo, tais contratações são realizadas por processos próprios e independentes, não interferindo diretamente na viabilidade da presente contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar pode gerar alguns impactos ambientais, principalmente relacionados à produção, transporte, armazenamento e descarte de resíduos provenientes dos alimentos e de suas embalagens.

Entre os possíveis impactos ambientais destacam-se a geração de resíduos sólidos, como embalagens plásticas, caixas e outros materiais utilizados no acondicionamento dos produtos, bem como o desperdício de alimentos durante o preparo das refeições.

Como medidas mitigadoras, a Administração deverá incentivar práticas sustentáveis durante a execução do contrato, tais como a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar e de produtores locais, reduzindo distâncias de transporte e contribuindo para a diminuição da emissão de poluentes.

Também deverão ser adotadas práticas de armazenamento adequado dos alimentos, planejamento do preparo das refeições conforme a demanda e orientação aos responsáveis pelo preparo da merenda escolar, visando reduzir desperdícios.

Além disso, recomenda-se a correta separação e destinação dos resíduos gerados nas unidades escolares, em conformidade com as normas ambientais e sanitárias vigentes.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E ESCOLHA DA SOLUÇÃO/MODALIDADE

15.1 - Após a realização do levantamento de mercado e das análises técnicas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução mais adequada para atender à necessidade da Administração consiste na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis destinados à alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino.

A aquisição dos produtos permitirá o preparo das refeições nas próprias unidades escolares, conforme cardápios elaborados por profissional nutricionista responsável, garantindo o atendimento às necessidades nutricionais dos estudantes e a oferta de alimentação adequada durante o período letivo.

Quanto à forma de contratação, verificou-se que a modalidade mais adequada é a realização de processo licitatório, observando as disposições da legislação vigente, garantindo ampla concorrência, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Além disso, será realizada chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, incentivando o desenvolvimento da economia local e garantindo alimentos frescos e de qualidade para a alimentação escolar.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta é tecnicamente viável, economicamente vantajosa e adequada para atender às necessidades da Administração, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo para realização dos procedimentos necessários à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DO FORNECIMENTO

1.1. É objeto desta licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVORIZONTE/MG, pelo período de 12 (doze) meses conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

1.2 A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, tampouco adquirir o quantitativo total, prevalecendo o interesse público.

1.3 Os produtos deverão ser entregues na Cidade de Novorizonte/MG, mediante operacionalização e execução de todas as etapas de coleta, transporte, ferramentas e distribuição de forma segura, segundo a legislação, normatizações técnicas vigente e as demais condições previstas no Termo de Referência.

1.4 O Procedimento Licitatório se dará através do Regime de Registro de Preços, na modalidade menor preço, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 275/2023.

1.5 Adequação orçamentária: Considerando se tratar de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada no momento da emissão da ordem de compra/empenho, sendo desde já previsto no orçamento municipal LOA 2026 a aquisição dos itens demandados no presente.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 – Pelo objeto deste Termo de Referência se faz necessária a contratação de empresa (s) idônea (s) para o fornecimento de gêneros alimentícios, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses, desde que se mostrem vantajosos para a Administração e que haja dotação orçamentária para a continuidade da Ata de Registro de Preços oriunda deste processo licitatório.

2.1.1 Também poderá ser feito novo registro de preços para o segundo semestre letivo em razão da possível volatilidade de preços, dado o cenário econômico e político, para que haja maior eficiência nas aquisições.

2.2 Os gêneros alimentícios serão utilizados para merenda escolar do município no calendário letivo 2026 e, considerando o período de safra e entre safra de diversos produtos, considera-se o registro de preços hábil para aquisição eficiente.

3. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

3.1 O Critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

3.2 Na elaboração de suas propostas, as licitantes deverão computar todos os custos relacionados com o objeto licitado, sejam os mesmos relacionados a pessoal ou despesas de natureza tributária, trabalhistas, e previdenciária, bem como, alimentação, hospedagem, transporte, dentre os outros, ficando esclarecido que a Prefeitura Municipal de Novorizonte não admitirá qualquer alegação posterior que vise a ressarcimento de custos não considerados nos preços oferecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

3.3 Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, exceto pelas atualizações de preço de mercado.

3.4 As licitantes deverão indicar em suas propostas comerciais o prazo de sua validade que não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

4.1 Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser entregues conforme os padrões e normas técnicas aplicadas à espécie, responsabilizando-se o licitante vencedor, integralmente, pela qualidade e originalidade dos mesmos.

4.2 A Contratada garantirá a qualidade de cada unidade dos produtos fornecidos (de acordo com o proposto pelas normas do Inmetro, obrigando-se a responder legalmente por produto de má qualidade ou fora das especificações solicitadas.

4.3 Durante o fornecimento NÃO SERÃO ACEITAS recusas ou atrasos de fornecimento em detrimento de quaisquer tipos de alegações.

4.4 As recusas ou atrasos de fornecimento serão consideradas como descumprimento contratual sujeitos às sanções previstas neste instrumento convocatório.

5. RELAÇÃO DE PRODUTOS E VALOR DE REFERÊNCIA

5.1 Atendendo ao disposto no artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021, o Departamento de Licitação e Compras procedeu a avaliação do mercado, tendo por base orçamentos repassados pelas empresas do ramo e banco de preços, conforme tabela abaixo:

| Item | Quant | Unidade | Descrição | Valor Unitário | Valor total |
|------|-------|------------|---|----------------|-------------|
| 1 | 600 | unidade | ABACAXI IN NATURA. FRESCO, DE BOA QUALIDADE. ; ; | R\$ 8,93 | 5.358,00 |
| 2 | 400 | quilograma | ABÓBORA TIPO JAPONESA (MORANGA): IN NATURA 1º QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTAM DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ; ; | R\$ 3,51 | 1.404,00 |
| 3 | 150 | unidade | ACHOCOLATADO EM PÓ, COM ACTIV G, ENRIQUECIDO COM CÁLCIO, FERRO, MAGNÉSIO, VITAMINAS, EMBALAGEM DE 800G. VALIDADE MÍNIMA | R\$ 27,21 | 4.081,50 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|---|-----|------------|--|-----------|----------|
| | | | DE 6 MESES DA DATA DE ENTREGA. ; ; | | |
| 4 | 400 | pacote | AÇÚCAR: CRISTAL, BRANCO, 1º QUALIDADE, ISENTO DE IMPUREZAS E SUJIDADES, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PACOTES DE 5 KG. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. ; ; | R\$ 19,68 | 7.872,00 |
| 5 | 50 | unidade | ADOÇANTE EM PÓ CULINÁRIO STEVIA 100%, EMBALAGEM COM 70 GRAMAS.USADO PARA CRIANÇAS COM DIABETES. ; ; | R\$ 17,29 | 864,50 |
| 6 | 200 | quilograma | ALHO: BULBO INTEIRO, NACIONAL, BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ENTREGA CONFORME NECESSIDADE ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO ESPECIFICO PARA ALIMENTOS POR KG. ; ; | R\$ 29,68 | 5.936,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-----|------------|---|------------|-----------|
| 7 | 10 | quilograma | AMEIXA SECA SEM CAROÇO- USADO PARA ADOÇAR AS RECEITAS NAS CRECHES ; ; | R\$ 27,30 | 272,97 |
| 8 | 280 | pacote | AMENDOIM: AMENDOIM CRU, TIPO 1, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, PACOTE COM 500 GRS, 1º QUALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. | R\$ 18,63 | 5.215,48 |
| 9 | 150 | pacote | AMIDO DE MILHO - PACOTES DE 500G. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DA FABRICAÇÃO E DA VALIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO LOTE. ; ; | R\$ 4,06 | 608,51 |
| 10 | 100 | unidade | APTAMIL PREMIUM 1 É UMA FORMULA INFANTIL DE PARTIDA, INDICADA PARA ALIMENTAÇÃO DE BEBÊS LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6º MÊS DE VIDA, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS. O PRODUTO CONTÉM PROTEÍNAS LÁCTEAS, ÁCIDOS GRAXOS POLI- INSATURADOS DE CADEIA LONGA (DHA E ARA), PREBIÓTICOS, NUCLEOTÍDEOS E TAURINA. LATA 400 GRAMAS. ; ; | R\$ 104,87 | 10.487,33 |
| 11 | 900 | quilograma | ARROZ BRANCO: GRUPO: BENEFICIADO, SUBGRUPO: POLIDO, CLASSE: LONGO FINO TIPO I. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES, PERCENTUAL DE | R\$ 6,22 | 5.600,97 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|--------|---|-----------|-----------|
| | | | IMPUREZAS ACIMA DE 5% (GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS), CHEIRO FORTE, INTENSO E NÃO CARACTERÍSTICO PREPARAÇÃO DIETÉTICA FINAL INADEQUADA - EMPAPAMENTO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1 KG, EM POLIETILENO TRANSPARENTE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE SINFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ; ; | | |
| 12 | 30 | pacote | ARROZ INTEGRAL EMBALAGEM COM 2 KG.USADO PARA CRIANÇAS COM DIABETES ; ; | R\$ 13,10 | 393,00 |
| 13 | 1.200 | pacote | ARROZ - PARBOILIZADO TIPO 1 LONGO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, PACOTES DE 5 KG. DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. ; ; | R\$ 31,02 | 37.221,00 |
| 14 | 600 | caixa | AVEIA EM FLOCOS 165G ; ; | R\$ 9,68 | 5.809,98 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|------------|------------|---|-----------|------------|
| 15 | 100 | caixa | AVEIA EM FLOCOS SEM GLÚTEN 200G USADO PARA CRIANÇA COM ALERGIA AO GLÚTEN. ; ; | R\$ 13,10 | 1.310,33 |
| 16 | 1.200 | quilograma | BANANA - TIPO PRATA IN NATURA EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SABOR DOCE, ASPECTO E CHEIROS PRÓPRIOS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTES, AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS, ARMAÇÕES E SINAIS DE APODRECIMENTO.1º QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. | R\$ 4,42 | 5.307,00 |
| 17 | 500 | quilograma | BATATA DOCE IN NATURA . ; ; | R\$ 5,93 | 2.965,00 |
| 18 | 35.000,000 | quilograma | BATATA - INGLESA IN NATURA, 1º QUALIDADE, TAMANTE COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ENTREGA ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO ESPECIFICO PARA ALIMENTOS POR KG. ; ; | R\$ 5,52 | 193.112,50 |
| 19 | 1.000 | quilograma | BETERRABA: IN NATURA, 1º | R\$ 5,27 | 5.267,50 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-----|-------|---|-----------|----------|
| | | | QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ; ; | | |
| 20 | 200 | caixa | BISCOITO: DE DOCE TIPO MAIZENA CAIXA DE 1,5 KG, COM PACOTES INTERNOS INDIVIDUAIS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. ;; | R\$ 35,63 | 7.126,66 |
| 21 | 200 | caixa | BISCOITO: DE DOCE TIPO ROSQUINHA, SABOR COCO, CAIXA DE 1,5 KG, COM PACOTES INTERNOS INDIVIDUAIS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. ;; | R\$ 33,60 | 6.720,00 |
| 22 | 200 | caixa | BISCOITO: DE SAL TIPO CREAM CRAKER CAIXA DE 1,5 KG, COM PACOTES INTERNOS INDIVIDUAIS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, | R\$ 27,92 | 5.583,34 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|------------|---|-----------|-----------|
| | | | QUANTIDADE DO PRODUTO. ;; | | |
| 23 | 100 | unidade | CACAU EM PÓ 100% EMBALAGEM COM 200 GR. ; ; | R\$ 36,00 | 3.600,00 |
| 24 | 1.200 | pacote | CAFÉ: FORTE, TORRADO E MOÍDO, MOAGEM FINA, TORRAÇÃO ESCURA, CAFÉ PREDOMINANTE ARÁBICA, PACOTE DE 250 GRAMAS. TODAS ESTAS ESPECIFICAÇÕES DEVEM ESTAR CONTIDAS NA EMBALAGEM QUE DEVERÁ CONTER TAMBÉM: O SELO DE PUREZA ABIC, PROGRAMA DE QUALIDADE DO CAFÉ - PQC E O DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL. NA EMBALAGEM AINDA DEVERÁ CONSTAR A DATA DA FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E NUMERO DO LOTE.O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 90 DIAS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. ; ; | R\$ 18,57 | 22.280,04 |
| 25 | 20 | unidade | CAMOMILA PCT COM 4G ; ; | R\$ 6,21 | 124,20 |
| 26 | 20 | unidade | CANELA EM CASCA PACOTE COM 80G ; ; | R\$ 12,96 | 259,27 |
| 27 | 2.000 | quilograma | CARNE: BOVINA (MÚSCULO) IN NATURA 1º QUALIDADE, CORTADA EM PEDAÇOS, SEM PELANCA, SEM GORDURA, REFRIGERADA, SEM SEBO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, EMBALADA EM EMBALAGEM PRÓPRIA, SEM SUJIDADES E AÇÃO DE MICRÓBIOS. ENTREGA ACONDICIONADA EM | R\$ 33,70 | 67.400,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|------------|---|-----------|-----------|
| | | | EMBALAGEM PLÁSTICA ESPECIFICA PARA ALIMENTOS REFRIGERADA. ; ; | | |
| 28 | 2.000 | quilograma | CARNE: BOVINA (MÚSCULO) IN NATURA 1º QUALIDADE, TIPO MOÍDA, SEM PELANCA, SEM GORDURA, REFRIGERADA, SEM SEBO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, EMBALADA EM EMBALAGEM PRÓPRIA, SEM SUJIDADES E AÇÃO DE MICRÓBIOS. ENTREGA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA ESPECIFICA PARA ALIMENTOS REFRIGERADA. ; ; | R\$ 32,78 | 65.550,00 |
| 29 | 320 | quilograma | CEBOLA - IN NATURA DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA COMPACTA E FIRME SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, SEM PERFURAÇÕES E CORTES SEM MANCHAS COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTA DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ENTREGA ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO ESPECIFICO PARA ALIMENTOS POR KG . ; ; | R\$ 4,68 | 1.496,80 |
| 30 | 1.000 | quilograma | CENOURA: IN NATURA ESPECIAL 1ºQUALIDADE, SEM RAMA, FRESCA COMPACTA, FIRME SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA SEM RACHADURAS E CORTES COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ; ; | R\$ 5,26 | 5.260,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|------------|--|-----------|-----------|
| 31 | 1.000 | quilograma | CHUCHU IN NATURA, DE 1º QUALIDADE, DE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, DE QUALIDADE FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ENTREGA SEMANAL ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO ESPECÍFICO PARA ALIMENTOS POR KG ; ; | R\$ 11,09 | 11.085,00 |
| 32 | 300 | pacote | COLORÍFICO- EM PÓ FINO HOMOGÊNEO, OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE URUCUM, LIMPOS, DESSECADOS E MOÍDOS, DE COLORAÇÃO AMARELA, COM ASPECTO COM COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS E A SUA ESPÉCIE, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, HERMETICAMENTE VEDADO E RESISTENTE PACOTES DE 500 GRAMAS. MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, ; ; | R\$ 10,57 | 3.171,75 |
| 33 | 600 | quilograma | COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, 1ª QUALIDADE ; ; | R\$ 12,37 | 7.420,50 |
| 34 | 300 | pacote | CREME DE MILHO - PACOTES DE 500 GRAMAS, CANJICA FINA 100% DE MILHO, NÃO CONTÉM GLÚTEN. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DA FABRICAÇÃO E DA VALIDADE DO PRODUTO, E NÚMERO DO LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA | R\$ 4,01 | 1.203,99 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | DE ENTREGA. ; ; | | |
|----|-----|------------|---|-----------|----------|
| 35 | 20 | unidade | ERVA DOCE PACOTE COM 80GR ; ; | R\$ 12,30 | 245,93 |
| 36 | 100 | KG | FARINHA DE ARROZ CARACTERÍSTICAS: FARINHA DE ARROZ, O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 34 (DECRETO 12.846/78) E PORTARIA Nº29 DE 13 DE JANEIRO DE 1998, ANVISA. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, SEM GLÚTEN. CARACTERÍSTICAS: COR, ODOR, SABOR E TEXTURA CARACTERÍSTICA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACO PLÁSTICO, HERMETICAMENTE SELADO, ATÓXICO, RESISTENTE, ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, PESANDO ATÉ 01 KG. NA DATA DA ENTREGA O PRODUTO DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO 10 MESES DE VALIDADE. USADO PARA CRIANÇA COM ALERGIA AO TRIGO. ; ; | R\$ 23,27 | 2.326,67 |
| 37 | 10 | quilograma | FARINHA DE TRIGO - INTEGRAL, PRÓPRIA PARA CONFECCÃO DE BOLOS E AFINS, 1ª LINHA. EMBALAGEM DE 1KG COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE E NUMERO DO LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. ; ; | R\$ 7,86 | 78,63 |
| 38 | 400 | KG | FARINHA DE TRIGO PARA | R\$ 6,93 | 2.772,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-----|------------|--|----------|----------|
| | | | QUIBE DESCRIÇÃO DO PRODUTO: TRIGO PARA QUIBE; OBTIDA DO TRIGO MOÍDO, LIMPO; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; LIVRE DE FERMENTAÇÃO, MOFO E MATERIAIS TERROSOS; EMBALAGEM: DE 500G ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO. VALIDADE: MÍNIMA DE 3 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. ; ; | | |
| 39 | 600 | quilograma | FARINHA DE TRIGO - TIPO COM FERMENTO ESPECIAL, PRÓPRIA PARA CONFECCÃO DE BOLOS E AFINS, 1ª LINHA. EMBALAGEM DE 1KG COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE E NUMERO DO LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. ; ; | R\$ 5,67 | 3.400,50 |
| 40 | 500 | quilograma | FARINHA DE TRIGO - TIPO SEM FERMENTO ESPECIAL, PRÓPRIA PARA CONFECCÃO DE BOLOS E AFINS, 1ª LINHA. EMBALAGEM DE 1KG COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE E NUMERO DO LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. ; ; | R\$ 5,59 | 2.792,50 |
| 41 | 220 | quilograma | FARINHA : MATERIA-PRIMA MANDIOCA EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE E NUMERO DO LOTE. EMBALAGEM DE 1 (UM) KG. ; ; | R\$ 7,38 | 1.624,15 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|------------|---|----------|-----------|
| 42 | 2.000 | quilograma | FEIJÃO-CARIOCA TIPO 1,NOVO,CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS SADIOS, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES, EMBALAGEM DE 1 KG EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO A CONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. ; ; | R\$ 8,53 | 17.053,40 |
| 43 | 200 | unidade | FERMENTO BIOLÓGICO - SECO INSTANTANEO "PARA PAO", SACHE DE 30 GRS. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER DATA DE FABRIZAÇÃO, VALIDADE E LOTE. ; ; | R\$ 8,72 | 1.744,00 |
| 44 | 200 | unidade | FERMENTO EM PO QUÍMICO - "PARA BOLO" LATA DE 100 GRS. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER DATA DE | R\$ 9,97 | 1.994,50 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-----|---------|--|------------|----------|
| | | | FABRIZAÇÃO, VALIDADE E LOTE. ; ; | | |
| 45 | 200 | unidade | FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDO; COMPOSIÇÃO MÍNIMA: FARINAH DE MILHO FLOCADA. EMBALAGEM CONTENDO 500G DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM O NOME DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, COMPOSIÇÃO MÍNIMA, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. SEM SAL. ; ; | R\$ 4,92 | 983,34 |
| 46 | 30 | unidade | FORMULA ALIMENTAR ANTI REFLUXO. FÓMULA ANTI-REGURGITAÇÃO PARA LACTENTES COM COMPOSIÇÃO ESPECÍFICA PARA CONDIÇÕES DE REFLUXO GASTROESOFÁGICO. LEITE EM PÓ DESNATADO, LACTOSE, ÓLEOS VEGETAIS, MALTODEXTRINA, CARBONATO DE CÁLCIO, VITAMINA C, TAURINA, CLORETO DE COLINA, SULFATOS FERROSO E DE ZINCO, VITAMINA E, NICOTINAMIDA, VITAMINA A, SULFATO DE COBRE, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, ÁCIDO FÓLICO, SULFATO DE MANGANÊS, VITAMINAS A, B12; B- CAROTENO, D-BIOTINA, VITAMINAS D, B1, B6; IODETO DE POTÁSSIO, VITAMINA K, ESPESSANTE GOMA JATAÍ. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM 400G. ; ; | R\$ 165,33 | 4.960,00 |
| 47 | 50 | unidade | FORMULA ALIMENTAR PARA LACTENTES E | R\$ 192,00 | 9.600,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-----|---------|--|------------|-----------|
| | | | CRIANÇAS QUE APRESENTEM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E/ OU SOJA, DISTÚRBIOS ABSORTIVOS OU OUTRAS CONDIÇÕES CLÍNICAS QUE REQUEREM UMA TERAPIA NUTRICIONAL COM DIETA OU FÓRMULA SEMI-ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA, À BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DE SORO DE LEITE. ALIMENTO HIPOALERGICO À BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA COM ADIÇÃO DE LCPUFAS (DHA E ARA) E NUCLEOTÍDEOS. ISENTO DE SACAROSE. ISENTO DE SACAROSE, GALACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. ; ; | | |
| 48 | 100 | unidade | FORMULA ALIMENTAR PREMIUM 1 E UMA FORMULA INFANTIL DE PARTIDA, INDICADA PARA ALIMENTAÇÃO DE BEBÊS LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6º MÊS DE VIDA, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS. O PRODUTO CONTEM PROTEÍNAS LACTEAS, ACIDOS GRAXOS POLI-INSATURADOS DE CADEIA LONGA (DHA E ARA), PREBIÓTICOS, NUCLEOTÍDEOS E TAURINA. LATA 400 GRAMAS. ; ; | R\$ 223,33 | 22.333,33 |
| 49 | 200 | unidade | FORMULA ALIMENTAR PREMIUM +2 FORMULAS INFANTIL PARA LACTENTES A PARTIR DO 6 MÊS DE VIDA COM PREBIOTICOS GOS/FOS, DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. LATA 400 | R\$ 205,33 | 41.066,66 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|------------|--|------------|-----------|
| | | | GRAMAS. ; ; | | |
| 50 | 30 | unidade | FORMULA ALIMENTAR PREMIUM 3 É UMA FORMULA INFANTIL DE SEGMENTO PARA CRIANÇAS A PARTIR DOS 10 MESES, COM ADIÇÃO DE PREBIOTICOS (GOS/FOS), DHA E ARA, E TAURINA. ; ; | R\$ 223,33 | 6.700,00 |
| 51 | 2.000 | quilograma | LARANJA - IN NATURA, 1º QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ; ; | R\$ 4,97 | 9.940,00 |
| 52 | 1.000 | litro | LEITE DE ARROZ, CARACTERISTICAS: BEBIDA DE ARROZ, ISENTO DE GLÚTEN, EMBALAGEM: INTACTA LONGA VIDA, CONTENDO 01 LITRO. FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES. USADO PARA CRIANÇAS COM ALERGIA A LEITE DE VACA E A SOJA. ; ; | R\$ 7,33 | 7.326,70 |
| 53 | 500 | unidade | LEITE DE COCO, EMBALAGEM DE 900ML. INGREDIENTES: ÁGUA, AGUA DE COCO, LEITE DE COCO, EMULSIFICANTE CELULOSE MICROCRISTALINA, ESTABILIZANTES GOMAS XANTANA E CARBOXIMETILCELULOSE (CMC), ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVANTES SORBATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, AROMATIZANTES IDENTICOS AO NATURAL. ; ; | R\$ 26,93 | 13.466,65 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|------------|------------|---|-----------|------------|
| 54 | 1.000 | litro | LEITE DE SOJA - BEBIDA A BASE DE SOJA, 41 LITRO. USADO PARA CRIANÇAS COM ALERGIA A LEITE DE VACA. ; ; | R\$ 7,38 | 7.380,00 |
| 55 | 20.500,000 | unidade | LEITE DE VACA INTEGRAL, EMBALAGEM COM 01 LITRO, UHT, LONGA VIDA TETRA PAK ; ; | R\$ 6,33 | 129.697,35 |
| 56 | 200 | unidade | LEITE EM PÓ INTEGRAL. CARACTERÍSTICA TÉCNICAS: LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO. O PRODUTO DEVE CONTER NO MÍNIMO 3,5% DE GORDURA, ENRIQUECIDO COM VITAMINA A, C, D E FERRO COR BRANCA INTERIOR E SABOR CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE CONTENDO ATÉ 500 GRAMAS. DEVERÁ TRAZER INFORMAÇÕES GERAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE BEM VISÍVEIS E CLARAS, INSTANTÂNEO AS BORDAS DO FECHO DE VEDAÇÃO DA EMBALAGEM DEVEM ESTAR PERFEITAS (SEM ORIFÍCIOS OU DEFEITOS) QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE E O VALOR NUTRICIONAL DO PRODUTO. O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR SINAIS DE SUJIDADE, CORPOS ESTRANHOS AO PRODUTO, COR NÃO CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, SABOR ÁCIDO INTENSO OU PROBLEMAS DE VEDAÇÃO DA EMBALAGEM. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTESS INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. ; ; | R\$ 19,29 | 3.857,50 |
| 57 | 300 | quilograma | LINGUIÇA DE FRANGO | R\$ 25,99 | 7.797,99 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|------------|--|-----------|-----------|
| | | | EMBALAGEM DE 1 KG ; ; | | |
| 58 | 2.200 | quilograma | MAÇÃ- NACIONAL VERMELHA IN NATURA FRESCA, DE 1ºQUALIDADE, DE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, DE QUALIDADE FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ; ; | R\$ 11,70 | 25.734,50 |
| 59 | 100 | pacote | MACARRÃO DE ARROZ, CARACTERÍSTICAS: MACARRÃO DE ARROZ, SEM OVOS, TIPO PARAFUSO: O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 83 (DECRETO 12.846/78) E PORTARIA Nº 29 DE 13 DE JANEIRO DE 1998, ANVISA. IGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, SEM OVOS, SEM COLESTEROL E SEM GLÚTEN. CARACTERÍSTICAS: COR, ODOR, SABOR E TEXTURA CARACTERÍSTICA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACO PLÁSTICO, HERMETICAMENTE SELADO, OU CAIXA TIPO BOX, ATÓXICA, RESISTENTE, ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, PESANDO 500G. FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES. USADO PARA CRIANÇA COM ALERGIA AO TRIGO. ; ; | R\$ 6,96 | 696,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|------------|---|----------|----------|
| 60 | 100 | pacote | MACARRÃO DE ARROZ CARACTERÍSTICAS: SEM GLÚTEN E SEM OVOS, CORTE ESPAGUETE, SEM GLÚTEN, SEM LACTOSE E SEM OVOS, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES, PARASITAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 13%, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E QUALIDADE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 01(UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA AO REQUISITANTE. EMBALAGEM CONTENDO 500 G. ; ; | R\$ 8,36 | 836,00 |
| 61 | 50 | quilograma | MACARRÃO INTEGRAL FORMATO ESPAGUETE: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL E GLÚTEN DE TRIGO. USADO PARA CRIANÇA COM DIABETES. ; ; | R\$ 5,96 | 298,17 |
| 62 | 800 | quilograma | MACARRÃO MASSA COMUM - TIPO ESPAGUETE N° 0 PACOTES DE 1 KG. ; ; | R\$ 7,42 | 5.934,00 |
| 63 | 800 | quilograma | MACARRÃO TIPO PAI NOSSO 1KG ; ; | R\$ 7,42 | 5.934,00 |
| 64 | 1.200 | quilograma | MAMÃO IN NATURA DE 1° QUALIDADE, FRESCA, COM CASCA, COMPACTA E FIRME, COM COR UNIFORME, ISENTA DE ENFERMIDADES, SEM | R\$ 6,21 | 7.452,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|------------|---|-----------|-----------|
| | | | DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE ; ; | | |
| 65 | 2.000 | quilograma | MANDIOCA - IN NATURA DE 1º QUALIDADE, FRESCA, COM CASCA, COMPACTA E FIRME, COM COR UNIFORME, ISENTA DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ENTREGA ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO ESPECIFICO PARA ALIMENTOS POR KG. ; ; | R\$ 4,26 | 8.526,60 |
| 66 | 280 | unidade | MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE; EMBALAGEM DE 500 GRAMAS QUE DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICAÇÃO, DA VALIDADE E O NUMERO DO LOTE. ; ; | R\$ 26,93 | 7.541,32 |
| 67 | 1.000 | pacote | MILHO PARA CANJICA BRANCA, EMBALAGEM DE 500 GR ; ; | R\$ 4,95 | 4.945,00 |
| 68 | 200 | pacote | MILHO PARA PIPOCA, EMBALAGEM DE 500 GR ; ; | R\$ 3,01 | 601,00 |
| 69 | 1.500 | unidade | ÓLEO DE SOJA - REFINADO EMBALAGEM DE 900 ML. LIMPAS, NÃO AMASSADAS, SEM ESTUFAMENTOS, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, CONTENDO 900 ML. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE E NUMERO DO LOTE.O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 | R\$ 9,06 | 13.582,50 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-------|------------|--|-----------|-----------|
| | | | (DEZ) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE ; ; | | |
| 70 | 65 | unidade | ORÉGANO, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 10 GR. ; ; | R\$ 6,21 | 403,65 |
| 71 | 1.800 | dúzia | OVOS DE GRANJA FRESCO - BRANCOS, GRANDES 1ºQUALIDADE, LIMPOS EM EMBALAGEM PRÓPRIA SEM RACHADURAS OU DANOS FÍSICOS E OU MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ; ; | R\$ 11,93 | 21.479,94 |
| 72 | 300 | quilograma | PÃO FRANCÊS, UNIDADE DE 50 GRAMAS. ENTREGA CONFORME SOLICITAÇÃO. ; ; | R\$ 22,27 | 6.680,01 |
| 73 | 2.200 | quilograma | PEITO DE FRANGO DE GRANJA 1ª QUALIDADE ; ; | R\$ 17,00 | 37.392,74 |
| 74 | 2.500 | unidade | POLPA DE FRUTA CONGELADA. SABORES: GOIABA, MARACUJÁ, MANGA E ACEROLA. UNIDADE QUE RENDE 1 LITRO. ; ; | R\$ 4,21 | 10.525,00 |
| 75 | 600 | quilograma | POLVILHO DOCE, EMBALAGEM DE 1KG ; ; | R\$ 9,53 | 5.715,00 |
| 76 | 100 | quilograma | SAL - REFINADO, IODADO, ISENTO DE IMPUREZAS E UMIDADE. ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, ÍNTEGRO, ATÓXICO, RESISTENTE, VEDADO E LIMPO, CONTENDO 1 QUILO DE PESO LÍQUIDO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCED~ENCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE | R\$ 1,49 | 149,25 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | DO PRODUTO. ; ; | | |
|----|-----|------------|---|-----------|----------|
| 77 | 100 | unidade | SARDINHA EM CONSERVA DESCRIÇÃO COMPLETA: SARDINHA EM CONSERVA EVISCERADA E DESCAMADA ENLATADAS, ROTULADAS E ESTEREIZADAS - COMPOSIÇÃO: SARDINHA, ÓLEO DE SOJA. O PRODUTO DEVE ESTAR LIVRE DE NADADEIRAS, CAUDA E CABEÇA, PRÉ-COZIDA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: LATA METÁLICA DE 500G A 1(UM) KILO, INVIOLÁVEL, COM VERNIZ SANITÁRIO, RECRAVADA, ISENTA DE ESTUFAMENTO, VAZAMENTO, CORROSÃO INTERNA, AMASSAMENTO, FERRUGEM, PERFURAÇÕES E OUTRAS DANIFICAÇÕES, EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXAS DE PAPELÃO CONTENDO DE 08 (OITO) A 24 (VINTE E QUATRO) QUILOS. NA EMBALAGEMN DO PRODUTO DEVERÁ CONTER OS DADOS DO FORNECEDOR, TABELA NUTRICIONAL, LOTE, PESO LIQUIDO, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE (48 MESES APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO). O PRODUTO RECEBIDO DEVERÁ TER NO MÍNIMO 12 MESES PARA O VENCIMENTO.. ; ; | R\$ 7,06 | 706,00 |
| 78 | 500 | quilograma | TEMPERO COMPLETO CONTENDO DATA DE VALIDADE- PCT DE 01 KILO ; ; | R\$ 13,25 | 6.623,35 |
| 79 | 300 | quilograma | TOMATE IN NATURA - | R\$ 10,61 | 3.183,75 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|----|-----|------------|---|-----------|----------|
| | | | 1º QUALIDADE ASPECTO GLOBOSO, COR VERMELHA, CLASSIFICADA COMO LEGUME, GRAÚDA, DE POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES BOA QUALIDADE, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE. ENTREGA ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO ESPECIFICO PARA ALIMENTOS POR KG ; ; | | |
| 80 | 100 | quilograma | UVA PASSA PRETA SEM SEMENTE 1 KG ; ; | R\$ 22,96 | 2.296,33 |

Valor total estimado: R\$ 983.747,02 (novecentos e oitenta e três reais setecentos e quarenta e sete reais e dois centavos).

5.1.1 A expectativa de uso de gêneros é estabelecida sobre a utilização histórica nos anos letivos anteriores sendo impossível definir a utilização exata.

5.2 Conforme necessidade da Unidade, o valor estimado anual para esta contratação foi realizado de forma interna para o procedimento, podendo a estimativa ser alterada no momento do certame a partir de novas cotações e pesquisas mercadológicas.

5.3 Itens que exigem documentação complementar (registros em órgãos competentes, catálogos e similares), **deverão ser anexados juntamente com os documentos de habilitação na plataforma.**

5.4 A contratação será realizada por Pregão Eletrônico (art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021), mediante o critério de julgamento “menor preço” (art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021).

5.5 O fornecimento de combustíveis, objeto deste contrato, deverá ser realizado em posto de combustível próprio da contratada e localizado no município de Novorizonte/MG, previamente informado no contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 Natureza do Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços não gera obrigação de contratação, constituindo mera expectativa de direito ao fornecedor registrado. As contratações serão formalizadas mediante emissão de Nota de Empenho, vinculadas às condições da proposta vencedora e ao presente Edital.

6.1.1. Forma de Solicitação e Prazo de Entrega

As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias Municipais, mediante requisição formal, devidamente autorizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

O prazo máximo para entrega será de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

6.1.2. Condições Gerais de Entrega e Transporte

Os produtos deverão:

- Ser transportados em veículos adequados, limpos, higienizados e, quando necessário, refrigerados ou isotérmicos, garantindo a manutenção da qualidade e segurança alimentar;
- Estar protegidos contra intempéries, contaminações e danos físicos;
- Atender às normas sanitárias vigentes (ANVISA, MAPA e Vigilância Sanitária local);
- Ser entregues nos locais indicados (escolas, almoxarifado ou unidades administrativas), conforme requisição.

6.1.3. Condições das Embalagens e Rotulagem

Todos os produtos deverão ser entregues em **embalagens adequadas ao tipo de alimento**, observando:

- Embalagens íntegras, atóxicas, lacradas e apropriadas para contato com alimentos;
- Ausência de violação, estufamento, amassamento ou vazamentos;
- Identificação obrigatória contendo, no mínimo:
 - Nome do produto;
 - Marca e fabricante;
 - Número do lote;
 - Data de fabricação e validade;
 - Informação nutricional (quando aplicável);
- Conformidade com as especificações constantes do Anexo I do Edital, conforme verificado no relatório de itens .

6.1.4. Prazo de Validade dos Produtos

Os produtos deverão apresentar, no ato da entrega, **prazo de validade compatível com seu consumo**, observando:

- Mínimo de **06 (seis) meses** para produtos não perecíveis, salvo especificações distintas constantes no Anexo I;
- Para produtos com validade superior (ex: 10 meses ou 12 meses), deverá ser respeitado o mínimo proporcional já previsto nas descrições técnicas;
- Produtos perecíveis deverão apresentar **validade compatível com o consumo imediato**, respeitando condições de conservação e armazenamento;
- Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior ao estabelecido ou próximo do vencimento.

6.1.5. Itens In Natura (Hortifrúti, Carnes e Afins)

Para fornecimento de produtos in natura (frutas, verduras, legumes, carnes e similares):

- A empresa vencedora deverá **disponibilizar local físico adequado na área urbana de Novorizonte/MG**, com condições sanitárias e estruturais apropriadas;
- O local deverá permitir que representante da Administração (escolas/secretarias) realize a seleção prévia dos produtos antes da entrega;
- Após a escolha, a contratada será responsável pela separação, acondicionamento e entrega nos destinos indicados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

d) Caso a empresa não possua o local no momento da contratação, terá o prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** para sua instalação e adequação;

e) Os produtos deverão apresentar:

- Frescor, integridade e maturação adequada;
- Ausência de sujidades, pragas ou danos;
- Padrão de qualidade conforme descrito no Anexo I.

6.2. Fiscalização e Controle Sanitário

A execução do fornecimento será acompanhada por servidor designado e pela nutricionista responsável pelo Programa de Alimentação Escolar, podendo:

- a) Realizar inspeções nos produtos, transporte e local de armazenamento;
- b) Solicitar documentos de procedência, laudos ou certificados sanitários;
- c) Recusar produtos em desacordo com as normas ou especificações.

6.3. Substituição de Produtos

Produtos que apresentarem irregularidades deverão ser substituídos no prazo máximo de:

- **02 (dois) dias corridos** para itens perecíveis;
- **05 (cinco) dias corridos** para itens não perecíveis.

6.4. Recusa de Produtos

Serão rejeitados, no todo ou em parte, os produtos que:

- a) Não atendam às especificações do Edital ou Anexo I;
- b) Apresentem problemas de qualidade, conservação ou validade;
- c) Estejam em desacordo com as normas sanitárias.

6.5. Prioridade e Continuidade do Serviço

A contratada deverá assegurar prioridade no atendimento, considerando o caráter essencial da alimentação escolar, evitando desabastecimento.

6.6. Controle de Qualidade

O controle de qualidade considerará critérios como peso, aparência, textura, odor, integridade e conformidade técnica.

Produtos fora do padrão serão devolvidos e deverão ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, sem prejuízo de penalidades.

6.7. Amostras e Testes de Qualidade

A Administração poderá solicitar amostras para avaliação técnica, inclusive testes de aceitabilidade. Produtos reprovados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

6.8. Documentação na Entrega

Cada entrega deverá ser acompanhada de:

- a) Nota Fiscal;
- b) Comprovante de entrega assinado pelo responsável da unidade recebedora;
- c) Identificação do lote correspondente.

6.9. Atrasos na Entrega



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

Atrasos deverão ser formalmente justificados. A aceitação ficará a critério da Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas.

6.10. Legislação Aplicável

Os produtos deverão atender integralmente:

- Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- Normas da ANVISA, MAPA e FNDE/PNAE;
- Demais legislações sanitárias e regulatórias aplicáveis.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

7.1 A licitante será selecionada via MENOR PREÇO ITEM, recomendado-se que a modalidade licitatória seja PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO, conforme prevê art. 29 c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 24 c/c art. 59 e 66 do Decreto Municipal nº 1.326/2023 que regulamenta a realização de processos licitatórios e dos procedimentos auxiliares de sistema de registro de preços e credenciamento no âmbito do Poder Executivo do Município de Novorizonte – MG, de acordo com a Lei Federal n. 14.133/2021.

7.2 Justifica-se a recomendação, pois trata-se de objeto que pelas características que demandam a necessidade de contratações frequentes para atender as secretarias municipais através de entregas parceladas ao longo do prazo de vigência, portanto, o quantitativo encontra-se estimado pois não é possível definir precisamente e previamente o quantitativo a ser demandado.

7.3. Aceitabilidade observará os valores praticados no mercado apurados durante fase de cotação.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 É vedada a subcontratação do objeto contratual.

8.2 A garantia contratual dos serviços será aquela estabelecido na Lei nº 8.076, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. A forma de medição/aferição dos fornecimentos será por intermédio das planilhas de controle mediante verificação por parte da equipe de fiscalização da real execução do objeto.

9.2. O pagamento será realizado mediante a quantidade de gêneros efetivamente fornecida.

Liquidação

9.6. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser endereçado ao setor de Gestão de Contratos.

9.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

9.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

9.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

9.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

9.15. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Forma de pagamento

9.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.18.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

10. DA REVISÃO DOS PREÇOS E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

10.1 Admitir-se-á revisão de preços, caso demonstrado um desequilíbrio econômico-financeiro, desde que demonstrada uma das hipóteses aventadas no artigo 124 da Lei 14.133/21.

10.2 Admitido reajuste ou repactuação na Ata de Registro de Preços, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do registro e a retribuição do Contratante para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1 No caso de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente à Prefeitura Municipal de Novorizonte-MG, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido (ofício/declaração com a composição dos custos de aquisição do produto e notas fiscais que comprovem o real desequilíbrio econômico-financeiro do valor do produto e outros documentos que justifiquem a necessidade da revisão), sendo que o mesmo será encaminhado à Procuradoria Jurídica do município para o devido parecer.

11. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

11.1 Considerando o disposto no Art. 17 do Decreto Federal nº. 11.462/2023 onde não é necessário indicar a dotação orçamentária, as despesas decorrentes com a aquisição do objeto desta licitação, correrão por conta das dotações orçamentárias das Secretarias Municipais, a serem informadas para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil (Ordem de fornecimento/Empenho).

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 Liquidação:

12.1.1 Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

12.1.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os seguintes elementos: data da emissão; dados do contrato, do órgão contratante e do Processo Licitatório; período respectivo de execução do contrato, se for o caso; valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.1.2.1 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como na Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

12.1.3 A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº. 14.133/2021.

12.1.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

12.1.5 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.1.6 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

12.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

12.2 Pagamento:

12.2.1 O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, sempre mediante a apresentação de:

12.2.1.1 Ateste de recebimento definitivo dos produtos, com declaração expressa de que os mesmos foram entregues em condições satisfatórias e atendem às condições previstas no presente termo;

12.2.1.2 Mediante apresentação da respectiva nota fiscal, acompanhada dos demais documentos fiscais, inclusive comprovantes da regularidade social, observando a dotação orçamentária e conforme vínculo e fonte de recursos.

12.2.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

12.2.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.2.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.2.6 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.2.7 A critério da contratante, poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

12.2.8 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº. 14.133/21, são obrigações da **CONTRATADA**:

I – Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas neste instrumento;

II – Garantir a entrega dos produtos de acordo com as especificidades deste Termo de Referência;

III – Executar fielmente o objeto do contrato, comunicando imediatamente e com antecedência ao gestor do contrato, a ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

IV – Apresentar Fatura/Nota Fiscal. A fatura deve ser detalhada e deverá discriminar todos os produtos fornecidos, dados do contrato e processo licitatório;

V – Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade no fornecimento e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pela Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- VI – Responder por danos causados diretamente à Contratante e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução deste contrato;
- VII – Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VIII – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da Contratada, referente a esses encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento.
- IX – A reposição dos materiais, que porventura sejam extraviados, danificados e/ou quebrados durante o transporte, serão de responsabilidade da Contratada;
- X – Acompanhar diariamente os canais de comunicação do município com a Contratada (e-mail, Whatsapp), respondendo às solicitações.
- XI - Disponibilizar local físico adequado na área urbana de Novorizonte/MG, com condições sanitárias e estruturais apropriadas para que o representante da Administração (escolas/secretarias) realize a seleção prévia dos produtos antes da entrega.

13.2 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº. 14.133/21, são obrigações da **CONTRATANTE**:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assegurando-se da correta entrega dos produtos e qualidade dos mesmos, ficando essa obrigação sob a responsabilidade do fiscal do contrato.
- II – Proceder com o pagamento nas formas e prazos estabelecidos.
- III – Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado
- IV – Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do presente contrato.
- V – Comunicar à Contratada qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações.
- VI – Aplicar as penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado no contrato.

14. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata de Registro de Preços, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3 As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4 A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6 A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da Ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº. 14.133/2021, art. 117, caput).



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

14.6.1 O fiscal da Ata de Registro de Preços acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.6.2 O fiscal da Ata de Registro de Preços será responsável por: solicitar a ordem de fornecimento, acompanhar o empenho, enviar a ordem de fornecimento para a Contratada, acompanhar os prazos de entrega, fiscalizar a entrega, emitir ateste de recebimento provisório, enviar documento para recebimento definitivo pelo gestor da Ata de Registro de Preços, enviar nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo, acompanhar as garantias (caso haja), solicitar a formalização de apostilamento e termos aditivos, julgar solicitações de reequilíbrio, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, verificando a manutenção das condições de habilitação da Contratada.

14.6.3 O fiscal da Ata de Registro de Preços acompanhará todas as ocorrências relacionadas à sua execução, descrevendo o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº. 14.133/2021, art. 117, §1º).

14.6.3.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da Ata de Registro de Preços emitirá notificações para a correção de sua execução, determinando prazo para a correção (Decreto nº. 14.246, de 2022, art. 22, III).

14.6.4 O fiscal da Ata de Registro de Preços informará ao gestor da Ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº. 14.246, de 2022, art. 22, IV).

14.6.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Ata de Registro de Preços nas datas aprazadas, o fiscal da Ata comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata de Registro de Preços.

14.6.6 O fiscal da Ata de Registro de Preços comunicará ao gestor da Ata, em tempo hábil, o término da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade, com vistas à possível à prorrogação contratual.

14.7 O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.7.1 O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

14.7.2 O gestor da Ata de Registro de Preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº. 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.8 A gestão da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Secretário Municipal de Planejamento, Coordenação e Gestão, Sr. Wladimir Rogério Ferraz Mendes.

14.9 A fiscalização ficará a cargo dos servidores Raphael Neres da Silva.

15. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

15.1 A Licitante e Contratada serão responsabilizadas administrativamente pelas seguintes infrações:

I – Dar causa à inexecução parcial do Contrato/Ata;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- II – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I – Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- III – Multa de até 5% (cinco por cento) do valor contratado, caso haja atraso na entrega do produto sem justificativas plausíveis conforme o prazo estipulado no contrato;
- IV – Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até dois anos;
- V – Impedimento de licitar e de contratar com o órgão licitante pelo prazo de até cinco anos.
- VI – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à Administração Pública, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

15.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº. 15.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.7 O Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

15.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

15.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11 O prazo do impedimento de licitar e de contratar será de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.12 As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal, devendo o licitante ser descredenciado junto ao Cadastro de Fornecedores do órgão ou entidade promotora da licitação, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.13 As comunicações de advertências e notificações, serão enviadas para o e-mail cadastrado na proposta, e serão publicadas na aba “Notificações” no site oficial da Prefeitura Municipal de Novorizonte.

15.14 Antes da aplicação da penalidade, será facultada a defesa escrita do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, nos termos dos artigos 157 e 158 da Lei nº. 14.133/2021.

15.15 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

15.16 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 163 da Lei nº. 14.133/2021.

16. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

Novorizonte/MG, 31 de março de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 024/2026 PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N°. 005/2026

ANEXO III – MINUTA DA PROPOSTA COMERCIAL

Setor de Compras e Licitação
Prefeitura Municipal de NOVORIZONTE/MG.

Prezado Senhor Pregoeiro,

Manifestando interesse em participar do processo licitatório instaurado por essa Prefeitura, vimos perante a Sra. Pregoeira, tempestivamente, apresentar a nossa proposta como participante do **Pregão Eletrônico SRP n°. 005/2026**.

Nesta oportunidade, para todos os fins e legais efeitos, declaramos que conhecemos os termos do Edital, bem assim o contido na Lei Federal n°. 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações. Assim, segue abaixo nossa proposta:

| Item | Quant. | Unid. | Descrição | Marca e Modelo | Valor unit. | Valor total |
|---------------------|--------|-------|-----------|----------------|-------------|-------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| 4 | | | | | | |
| VALOR GLOBAL | | | | | | |

(descrever a especificação completa ofertada item a item)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Telefone / Fax: _____

Qualificação: _____

Prazo de validade da proposta e Preço: Mínimo 60 (sessenta) dias, a partir da data da abertura da PROPOSTA COMERCIAL;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

DECLARO que nos preços propostos encontram-se incluídas todas as despesas como: impostos, fretes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais ou quaisquer outras despesas incidentes sobre os produtos licitados, bem como declaro estar de acordo com todos os termos do Edital e seus anexos.

Local e Data

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

PROCESSO N.º 024/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 005/2026

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA DISPUTAR O CERTAME E/OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

A _____, inscrito no CPF/CNPJ n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei n.º 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

- I. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);
- II. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);
- III. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);
- IV. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);
Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).
- V. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);
- VI. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);
- VII. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- VIII.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);
- IX.** É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);
- X.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);
- XI.** Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

....., de de 2026.

(nome do representante legal pela empresa)
(nº. do RG do signatário ou outro documento equivalente)
(nº. CPF do signatário)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2026 PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 005/2026

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2026

Aos dias do mês de _____ de 2026, o Município de Novorizonte, com sede na Avenida João Bernardino de Souza, 714, Centro, inscrito sob o CNPJ n.º: 01.616.420/0001-60, isento de inscrição estadual e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Cleber Nascimento de Pinho, em face da classificação das propostas de preços no **Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços do município de Novorizonte**, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços dos vencedores, **RESOLVE** registrar os preços para fornecimento dos produtos constantes na presente Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa _____, CNPJ/MF _____, sediada na Rua _____, CEP _____, representada pelo Sr. _____, residente e domiciliada na _____ CPF. _____ e ID _____; classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha abaixo. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE, como **ÓRGÃO GERENCIADOR**, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º. 005/2026** e seus Anexos, **Processo n.º. 024/2026**, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** é a futuro e eventual **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVORIZONTE/MG**, constantes da proposta comercial referente ao Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 005/2026** e dos anexos.

1.2 Itens Registrados:

| ITEM | QUANT. | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|--------|------|-----------|-------------|-------------|
| 01 | | | | | |
| | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 Natureza do Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços não gera obrigação de contratação, constituindo mera expectativa de direito ao fornecedor registrado. As contratações serão formalizadas mediante emissão de Nota de Empenho, vinculadas às condições da proposta vencedora e ao presente Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

2.1.1. Forma de Solicitação e Prazo de Entrega

As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias Municipais, mediante requisição formal, devidamente autorizada.

O prazo máximo para entrega será de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

2.1.2. Condições Gerais de Entrega e Transporte

Os produtos deverão:

- a) Ser transportados em veículos adequados, limpos, higienizados e, quando necessário, refrigerados ou isotérmicos, garantindo a manutenção da qualidade e segurança alimentar;
- b) Estar protegidos contra intempéries, contaminações e danos físicos;
- c) Atender às normas sanitárias vigentes (ANVISA, MAPA e Vigilância Sanitária local);
- d) Ser entregues nos locais indicados (escolas, almoxarifado ou unidades administrativas), conforme requisição.

2.1.3. Condições das Embalagens e Rotulagem

Todos os produtos deverão ser entregues em **embalagens adequadas ao tipo de alimento**, observando:

- a) Embalagens íntegras, atóxicas, lacradas e apropriadas para contato com alimentos;
- b) Ausência de violação, estufamento, amassamento ou vazamentos;
- c) Identificação obrigatória contendo, no mínimo:
 - Nome do produto;
 - Marca e fabricante;
 - Número do lote;
 - Data de fabricação e validade;
 - Informação nutricional (quando aplicável);
- d) Conformidade com as especificações constantes do Anexo I do Edital, conforme verificado no relatório de itens.

2.1.4. Prazo de Validade dos Produtos

Os produtos deverão apresentar, no ato da entrega, **prazo de validade compatível com seu consumo**, observando:

- a) Mínimo de **06 (seis) meses** para produtos não perecíveis, salvo especificações distintas constantes no Anexo I;
- b) Para produtos com validade superior (ex: 10 meses ou 12 meses), deverá ser respeitado o mínimo proporcional já previsto nas descrições técnicas;
- c) Produtos perecíveis deverão apresentar **validade compatível com o consumo imediato**, respeitando condições de conservação e armazenamento;
- d) Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior ao estabelecido ou próximo do vencimento.

2.1.5. Itens In Natura (Hortifrúti, Carnes e Afins)

Para fornecimento de produtos in natura (frutas, verduras, legumes, carnes e similares):

- a) A empresa vencedora deverá **disponibilizar local físico adequado na área urbana de Novorizonte/MG**, com condições sanitárias e estruturais apropriadas;
- b) O local deverá permitir que representante da Administração (escolas/secretarias) realize a seleção



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- prévia dos produtos antes da entrega;
- c) Após a escolha, a contratada será responsável pela separação, acondicionamento e entrega nos destinos indicados;
- d) Caso a empresa não possua o local no momento da contratação, terá o prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** para sua instalação e adequação;
- e) Os produtos deverão apresentar:
- Frescor, integridade e maturação adequada;
 - Ausência de sujidades, pragas ou danos;
 - Padrão de qualidade conforme descrito no Anexo I.

2.2. Fiscalização e Controle Sanitário

A execução do fornecimento será acompanhada por servidor designado e pela nutricionista responsável pelo Programa de Alimentação Escolar, podendo:

- Realizar inspeções nos produtos, transporte e local de armazenamento;
- Solicitar documentos de procedência, laudos ou certificados sanitários;
- Recusar produtos em desacordo com as normas ou especificações.

2.3. Substituição de Produtos

Produtos que apresentarem irregularidades deverão ser substituídos no prazo máximo de:

- **02 (dois) dias corridos** para itens perecíveis;
- **05 (cinco) dias corridos** para itens não perecíveis.

2.4. Recusa de Produtos

Serão rejeitados, no todo ou em parte, os produtos que:

- Não atendam às especificações do Edital ou Anexo I;
- Apresentem problemas de qualidade, conservação ou validade;
- Estejam em desacordo com as normas sanitárias.

2.5. Prioridade e Continuidade do Serviço

A contratada deverá assegurar prioridade no atendimento, considerando o caráter essencial da alimentação escolar, evitando desabastecimento.

2.6 Controle de Qualidade

O controle de qualidade considerará critérios como peso, aparência, textura, odor, integridade e conformidade técnica.

Produtos fora do padrão serão devolvidos e deverão ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, sem prejuízo de penalidades.

2.7. Amostras e Testes de Qualidade

A Administração podrá solicitar amostras para avaliação técnica, inclusive testes de aceitabilidade. Produtos reprovados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

2.8. Documentação na Entrega

Cada entrega deverá ser acompanhada de:

- Nota Fiscal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- b) Comprovante de entrega assinado pelo responsável da unidade recebedora;
- c) Identificação do lote correspondente.

2.9. Atrasos na Entrega

Atrasos deverão ser formalmente justificados. A aceitação ficará a critério da Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas.

2.10. Legislação Aplicável

Os produtos deverão atender integralmente:

- Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- Normas da ANVISA, MAPA e FNDE/PNAE;
- Demais legislações sanitárias e regulatórias aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1 É vedada a subcontratação do objeto contratual.

3.2 A garantia contratual dos serviços será aquela estabelecido na Lei nº 8.076, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA - RECEBIMENTO

Recebimento do Objeto

4.1 A forma de medição/aferição dos fornecimentos será por intermédio das planilhas de controle mediante verificação por parte da equipe de fiscalização da real execução do objeto.

4.2 O pagamento será realizado mediante a quantidade de gêneros efetivamente fornecida.

Liquidação

4.3 A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser endereçado ao setor de Gestão de Contratos.

4.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

4.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

4.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

4.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

4.11 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

4.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Forma de pagamento

4.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.16 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Considerando o disposto no artigo 136 da Lei Federal 14.133/2021 onde é desnecessário indicar a dotação orçamentária no instrumento convocatório, as despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação, correrão por conta das dotações orçamentárias das secretarias respectivas, a serem informadas no momento da emissão da(s) ordem(ns) de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1 Pelos serviços executados o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará ao **FORNECEDOR REGISTRADO**, conforme os preços registrados desta Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** de fatura em 02(duas) vias e nota fiscal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento da execução dos serviços da Prefeitura de Novorizonte.

6.2 Os preços registrados abaixo serão fixos e irrevogáveis devendo o fornecedor promover todos os atos para sua entrega ao município de Novorizonte:

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será feito em até **30 (trinta) dias**, sempre mediante a apresentação de:

7.1.1 Atesto de recebimento dos produtos com declaração expressa de que os mesmos atendem ao interesse público quanto a eficiência, durabilidade e sustentabilidade; e as condições previstas no presente edital;

7.2 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

7.3 Nos termos do inciso IV § 2º do art. 137 da Lei 14.133/2021, a Contratada deverá cumprir a Nota de Ordem de fornecimento mesmo estando o Município em débito para com a Contratada, até o prazo de 02 (dois) meses. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.

7.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até **12 meses**, sendo computadas neste período, as eventuais prorrogações.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, são obrigações do **FORNECEDOR REGISTRADO**:

9.1.1 – Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas neste instrumento;

9.1.2 – Manter a qualidade dos produtos fornecidos;

9.1.3 – Executar fielmente o objeto do contrato, comunicando imediatamente e com antecedência ao representante legal do ÓRGÃO GERENCIADOR, a ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

9.1.4 – Apresentar Fatura/Nota Fiscal. A fatura deve ser detalhada e deverá discriminar todos os produtos fornecidos, dados do contrato, processo licitatório e Convênio, este último, caso houver);

9.1.5 – Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, por escrito, qualquer anormalidade no fornecimento e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

9.1.6 – Responder por danos causados diretamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução deste contrato;

9.1.7 – Manter, durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

9.1.8 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência do FORNECEDOR REGISTRADO, referente a esses encargos, não transfere ao ÓRGÃO GERENCIADOR a responsabilidade por seu pagamento.

9.1.9. A reposição dos materiais, que porventura sejam extraviados, danificados e/ou quebrados durante o transporte, serão de responsabilidade da empresa FORNECEDOR REGISTRADO;

9.1.10. Manter toda a documentação exigida neste Termo de Referência devidamente legalizada e atualizada.

9.2 E outras obrigações constantes no Termo de Referência – Anexo I do referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece Decreto nº. 275 de 19 de dezembro de 2023.

10.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado.

10.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto deste Pregão Presencial, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao **FORNECEDOR REGISTRADO** o direito à ampla defesa.

10.4. Não obstante o **FORNECEDOR REGISTRADO** seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, a Prefeitura reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

10.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

10.6. E outras obrigações constantes no Termo de Referência – Anexo I do referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I.** Por razão de interesse público;
- II.** A pedido do fornecedor;
- III.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- IV.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;
- V.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- VI.** Sofrer sanção prevista no inciso III (impedimento de licitar e contratar) ou IV (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou
- VII.** For condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021, por sentença transitada em julgado.

11.2. O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho, assegurado o contraditório e a ampla defesa



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

11.3. Conforme determinação do art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, é vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes, aderirem à esta ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS.

12.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela Prefeitura de Novorizonte, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos serviços constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Fórum da Comarca de Salinas Estado de Minas Gerais.

E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata de Registro de Preços que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma pelo Sr. **Cleber Nascimento de Pinho**, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. _____, supramencionados, rubricadas as páginas precedentes para que opere seus efeitos jurídicos e legais, obrigando-se por si e seus sucessores.

Novorizonte, ____ de _____ de 2026.

Cleber Nascimento de Pinho
Prefeito

Detentora da Ata



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

PROCESSO N.º 024/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 005/2026

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO N.º _____/2026

CONTRATO DE EMPREITADA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NOVORIZONTE MG, E DE OUTRO A EMPRESA, ATENDIDAS AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES, RECIPROCAMENTE ESTIPULADAS E ACEITAS A SABER:

Pelo presente CONTRATO, que firmam nesta data na cidade de Novorizonte, com sede na Avenida João Bernardino de Souza, 714, Centro, inscrito sob o CNPJ n.º: 01.616.420/0001-60, isento de inscrição estadual e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Cleber Nascimento de Pinho, doravante denominada CONTRATANTE e, por outro lado, a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na _____, CEP _____, _____, inscrita no CNPJ sob o n.º. _____, representada pelo Sr. _____, brasileiro, inscrito sob o CPF: _____, portador da Carteira de Identidade _____, residente e domiciliado à _____, CEP _____, _____ de agora em diante denominada CONTRATADA, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVORIZONTE/MG**, de acordo com Anexo I do Edital.

1.2 São partes integrantes e complementares deste contrato, independentemente de transcrição, o **Processo Licitatório n.º. 024/2026, Pregão Eletrônico SRP n.º. 005/2026** e respectivas normas, especificações, despachos, pareceres, planilhas, e demais documentos dele integrantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, são obrigações da **CONTRATADA**:

- a) As empresas deverão cumprir fielmente com o prazo de entrega.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- c) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- d) Responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

2.2 – Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, são obrigações da CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar permanentemente o objeto contratado;
- b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- c) Intervir na execução do objeto, nos casos e condições previstos em lei;
- d) Zelar pela boa qualidade do objeto;
- e) Incentivar a competitividade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 Natureza do Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços não gera obrigação de contratação, constituindo mera expectativa de direito ao fornecedor registrado. As contratações serão formalizadas mediante emissão de Nota de Empenho, vinculadas às condições da proposta vencedora e ao presente Edital.

3.1.1. Forma de Solicitação e Prazo de Entrega

As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias Municipais, mediante requisição formal, devidamente autorizada.

O prazo máximo para entrega será de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

3.1.2. Condições Gerais de Entrega e Transporte

Os produtos deverão:

- a) Ser transportados em veículos adequados, limpos, higienizados e, quando necessário, refrigerados ou isotérmicos, garantindo a manutenção da qualidade e segurança alimentar;
- b) Estar protegidos contra intempéries, contaminações e danos físicos;
- c) Atender às normas sanitárias vigentes (ANVISA, MAPA e Vigilância Sanitária local);
- d) Ser entregues nos locais indicados (escolas, almoxarifado ou unidades administrativas), conforme requisição.

3.1.3. Condições das Embalagens e Rotulagem

Todos os produtos deverão ser entregues em **embalagens adequadas ao tipo de alimento**, observando:

- a) Embalagens íntegras, atóxicas, lacradas e apropriadas para contato com alimentos;
- b) Ausência de violação, estufamento, amassamento ou vazamentos;
- c) Identificação obrigatória contendo, no mínimo:
 - Nome do produto;
 - Marca e fabricante;
 - Número do lote;
 - Data de fabricação e validade;
 - Informação nutricional (quando aplicável);



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

d) Conformidade com as especificações constantes do Anexo I do Edital, conforme verificado no relatório de itens .

3.1.4. Prazo de Validade dos Produtos

Os produtos deverão apresentar, no ato da entrega, **prazo de validade compatível com seu consumo**, observando:

- Mínimo de **06 (seis) meses** para produtos não perecíveis, salvo especificações distintas constantes no Anexo I;
- Para produtos com validade superior (ex: 10 meses ou 12 meses), deverá ser respeitado o mínimo proporcional já previsto nas descrições técnicas;
- Produtos perecíveis deverão apresentar **validade compatível com o consumo imediato**, respeitando condições de conservação e armazenamento;
- Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior ao estabelecido ou próximo do vencimento.

3.1.5. Itens In Natura (Hortifrúti, Carnes e Afins)

Para fornecimento de produtos in natura (frutas, verduras, legumes, carnes e similares):

- A empresa vencedora deverá **disponibilizar local físico adequado na área urbana de Novorizonte/MG**, com condições sanitárias e estruturais apropriadas;
- O local deverá permitir que representante da Administração (escolas/secretarias) realize a seleção prévia dos produtos antes da entrega;
- Após a escolha, a contratada será responsável pela separação, acondicionamento e entrega nos destinos indicados;
- Caso a empresa não possua o local no momento da contratação, terá o prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** para sua instalação e adequação;
- Os produtos deverão apresentar:
 - Frescor, integridade e maturação adequada;
 - Ausência de sujidades, pragas ou danos;
 - Padrão de qualidade conforme descrito no Anexo I.

3.2. Fiscalização e Controle Sanitário

A execução do fornecimento será acompanhada por servidor designado e pela nutricionista responsável pelo Programa de Alimentação Escolar, podendo:

- Realizar inspeções nos produtos, transporte e local de armazenamento;
- Solicitar documentos de procedência, laudos ou certificados sanitários;
- Recusar produtos em desacordo com as normas ou especificações.

3.3. Substituição de Produtos

Produtos que apresentarem irregularidades deverão ser substituídos no prazo máximo de:

- 02 (dois) dias corridos** para itens perecíveis;
- 05 (cinco) dias corridos** para itens não perecíveis.

3.4. Recusa de Produtos

Serão rejeitados, no todo ou em parte, os produtos que:

- Não atendam às especificações do Edital ou Anexo I;
- Apresentem problemas de qualidade, conservação ou validade;
- Estejam em desacordo com as normas sanitárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

3.5. Prioridade e Continuidade do Serviço

A contratada deverá assegurar prioridade no atendimento, considerando o caráter essencial da alimentação escolar, evitando desabastecimento.

3.6 Controle de Qualidade

O controle de qualidade considerará critérios como peso, aparência, textura, odor, integridade e conformidade técnica.

Produtos fora do padrão serão devolvidos e deverão ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, sem prejuízo de penalidades.

3.7. Amostras e Testes de Qualidade

A Administração poderá solicitar amostras para avaliação técnica, inclusive testes de aceitabilidade. Produtos reprovados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

3.8. Documentação na Entrega

Cada entrega deverá ser acompanhada de:

- a) Nota Fiscal;
- b) Comprovante de entrega assinado pelo responsável da unidade recebedora;
- c) Identificação do lote correspondente.

3.9. Atrasos na Entrega

Atrasos deverão ser formalmente justificados. A aceitação ficará a critério da Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas.

3.10. Legislação Aplicável

Os produtos deverão atender integralmente:

- Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- Normas da ANVISA, MAPA e FNDE/PNAE;
- Demais legislações sanitárias e regulatórias aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Recebimento do Objeto

4.1 A forma de medição/aferição dos fornecimentos será por intermédio das planilhas de controle mediante verificação por parte da equipe de fiscalização da real execução do objeto.

4.2 O pagamento será realizado mediante a quantidade de gêneros efetivamente fornecido.

Liquidação

4.3 A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser endereçado ao setor de Gestão de Contratos.

4.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

4.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

4.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

4.11 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

4.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Forma de pagamento

4.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.16 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O valor global estimado do fornecimento, ora contratado é de R\$ (.....), fixo e irrevogável. A quantidade, preço unitário e outras informações constam na tabela abaixo.

| ITEM | QUANT. | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|--------|------|-----------|-------------|-------------|
| 01 | | | | | |
| | | | | | |

5.2 O pagamento será feito em até **30 (trinta) dias**, sempre mediante a apresentação de:

5.2.1 Atesto de recebimento dos produtos com declaração expressa de que os mesmos atendem ao interesse público quanto a eficiência, durabilidade e sustentabilidade; e as condições previstas no presente edital;

5.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

5.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

6.1 Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com o subitem 5.1 do presente, fixo e irrevogável.

6.2 Admitido reajuste ou repactuação no termo de contrato, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

6.2.1 No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura Municipal de Novorizonte-MG, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à procuradoria jurídica do município para o devido parecer.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, ou durante a vigência dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

8.1 As dotações serão informadas no momento da contratação.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

9.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

- I. Advertência (art. 156, § 2º)
- II. Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
- III. Multa de 10%
- IV. Qualquer infração (art. 156, § 3º).
- V. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Novorizonte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º)

II, III, IV, V, VI, VII - **Obs. 1:** Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

- VI. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).

VIII, IX, X, XI, XII - Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

- I. Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
 - a. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- II. Incisos III e IV do item 1:
 - a. Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b. O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - d. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
 - e. A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
 - f. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
 - i. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
 - ii. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

9.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

9.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

9.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

9.10. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

9.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

9.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

9.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de XXX, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):

- I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II. Pagamento da multa;
- III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

9.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- c. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

10.2. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b. Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

10.4. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

- c. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

10.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a. Devolução da garantia;
- b. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c. Pagamento do custo da desmobilização.

10.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c. Execução da garantia contratual para:
 - i. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

10.8. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

10.9. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

10.10. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Salinas-MG, para dirimir questões oriundas deste Contrato. E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE

CNPJ: 01.616.420/0001-60

Estado de Minas Gerais

Novorizonte-MG, de de 2026.

Para contratante:

Cleber Nascimento de Pinho
PREFEITO MUNICIPAL

Para contratada:

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CPF: _____

CPF: _____